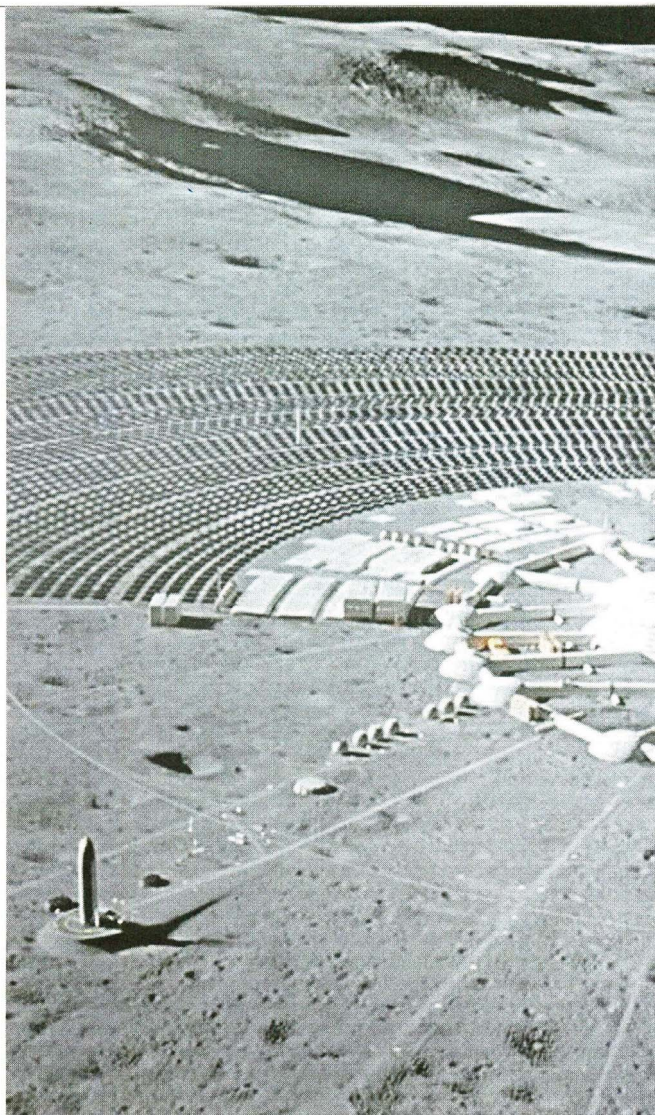




Radar

Elon Musk já revelou que quer colonizar Marte. Um passo importante pode ser dado este ano, com a aprovação do Starship-Super Heavy, o mais potente foguetão alguma vez construído

SPACE X



Antevisão. 2025, odisseia no espaço

A Space X deverá lançar este ano o foguetão mais potente de sempre.

Mas Musk não está sozinho. A Blue Origin, de Jeff Bezos, também está na corrida ao espaço.

Porquê tanto esforço, talento e dinheiro investidos num campo de investigação cujos benefícios são tão remotos e duvidosos? O que andam as grandes potências a tramar?

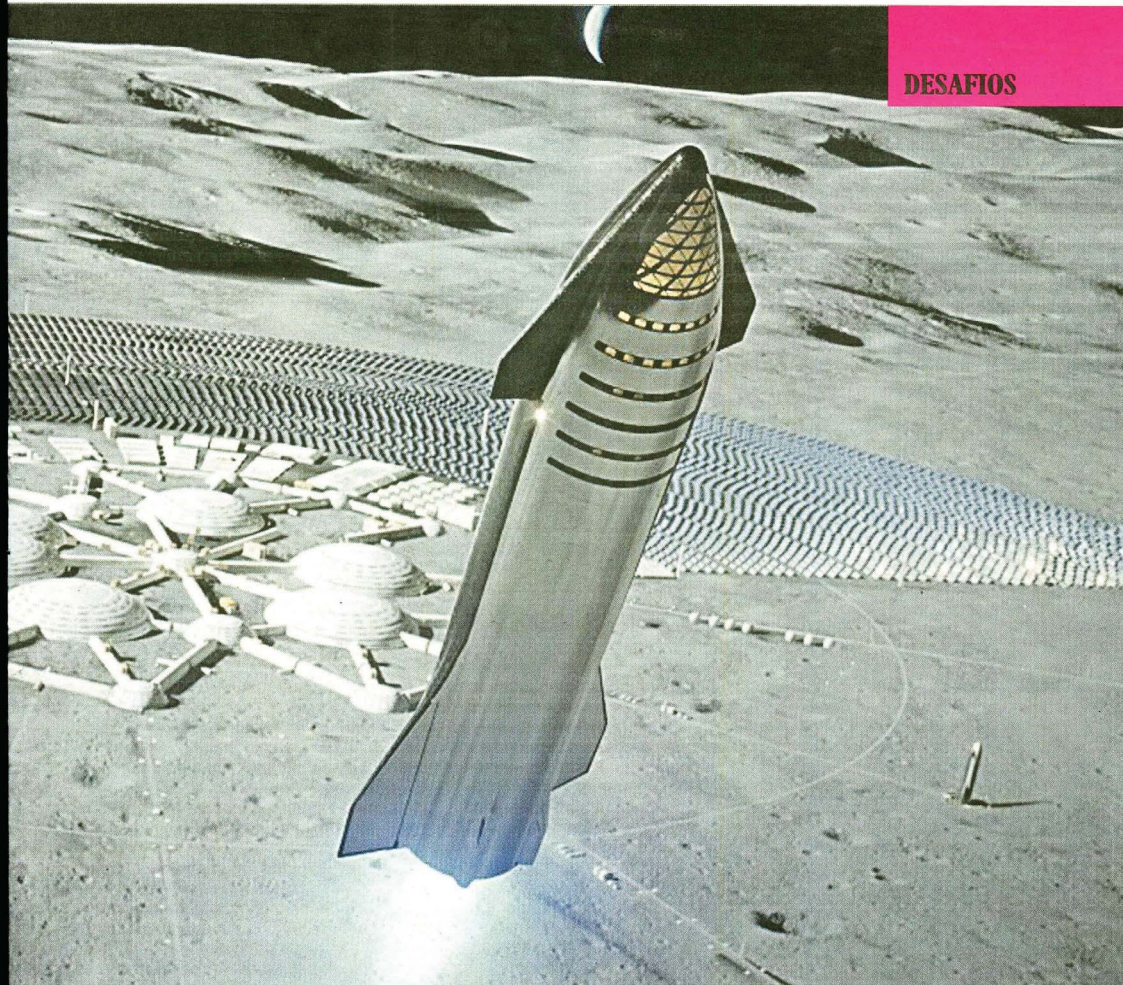
JOSÉ CABRITA SARAIVA
jose.c.saraiva@ionline.pt

No primeiro dia de Janeiro, o novo ano é como a página inicial de um livro em branco que só a partir daí começará a ser escrito. Claro que aqui e ali há tópicos esboçados – uma eleição, uma missão ao espaço, um dérbi desportivo – mas não são mais do que títulos de capítulos cujo desfecho permanece uma incógnita.

Ou, num modo mais prosaico, os anos são como os melões: por fora parecem todos iguais, pelo que só depois de abertos se perceberá se são doces e suculentos ou desenxa-

bidos como pepino. Mas fantasiar é humano e sempre houve quem tentasse antecipar a história, fazendo previsões do que estaria para vir. Mesmo as mais disparatadas.

O ANO 2000 VISTO DO SÉCULO XIX Em 1899, um fabricante de brinquedos de Lyon chamado Armand Gervais pediu a um ilustrador, de seu nome Jean-Marc Côté, para imaginar o futuro. Porém, Gervais não se contentava com o futuro imediato. O ano 1900 estava mesmo ao virar da esquina e ele queria ver mais longe. O desafio colocado a Côté era imaginar o mundo no longínquo ano de 2000.



DESAFIOS

Os seus desenhos seriam depois impressos em postais que serviriam para embalar maços de cigarros.

Alguns desses quadros imaginados há 125 anos parecem-nos estranhamente familiares (se descontarmos, claro, as indumentárias oitocentistas, quase vitorianas): alunos na sala de aula com *headphones* nos ouvidos (com a diferença de que estes estão a ouvir a matéria debitada pelo professor numa máquina que 'digere' livros); um homem que fala para uma corneta enquanto vê projetada na parede a imagem de uma senhora (o equivalente, sem dúvida, da videochamada); um casal a ouvir o jornal no fonógrafo (nada mais do que o nosso *podcast*); e uma dona de casa dando orientações a uma vassoura mecânica (o antepassado do robot aspirador dos nossos dias).

Côté parecia, contudo, ter uma obsessão com o fundo do mar, talvez por influência do seu compatriota Júlio Verne, que escreveu **20 mil léguas submarinas**. Os postais mostram homens e mulheres a passear calmamente debaixo de água graças a um escafandro; um "autocarro submarino"; um outro "bus" puxado por uma baleia; e um "palácio oceânico" com grandes janelas para os passa-

geiros – vestidos a rigor – desfrutarem das maravilhas submarinas. Um certo excesso de fantasia nestes postais ilustrados é mais do que compreensível – afinal Gervais era um fabricante de brinquedos.

A REALIDADE NO ANO 2000 Se Côté e Gervais (que malogradamente morreu ainda em 1899) tivessem visto realmente o mundo como era no ano 2000 teriam decerto ficado de queixo caído com os frutos do progresso. Mas o turismo subaquático não fazia ainda parte das atividades de lazer. Viajar debaixo de água continuava a ser uma atividade de risco. Nesse mesmo ano de 2000, um submarino russo com 24 mísseis e vários torpedos afundou-se durante um exercício no Mar de Barents, a 108 metros de profundidade. O submarino chamava-se Kursk, em homenagem à maior batalha de blindados da história, travada entre russos e alemães na II Guerra Mundial, e dos seus 108 tripulantes nenhum sobreviveu.

Entre os postais desenhados por Côté há também uma panóplia de máquinas voadoras – mas curiosamente nem sombra de missões ao espaço. É justamente por aqui que

começaremos a nossa viagem pelo ano de 2025.

A NOVA CORRIDA AO ESPAÇO Todos os olhos estão naturalmente postos na América, quer devido à tomada de posse de Trump, quer pelo protagonismo que Elon Musk tem vindo a assumir. Está previsto para meados de janeiro o lançamento do SpaceX Falcon 9, que leva a bordo os módulos lunares Blue Ghost e Hakuto-R Mission 2 (este japonês), ambos

O tráfego no satélite natural da Terra promete ficar congestionado neste início de ano

Musk não está sozinho. A empresa de Jeff Bezos deve fazer o seu lançamento inaugural em janeiro

com a missão de explorar a Lua em busca de água. O tráfego no satélite natural da Terra promete ficar congestionado neste início de ano.

A NASA, que tem perdido visibilidade para a empresa de Musk, não está parada. Vai lançar a missão Punch (soco em português) – Polarimeter to Unify the Corona and Heliosphere, em que quatro satélites vão captar imagens 3D da coroa do sol, uma região escaldante que se estende por milhões de quilómetros. Tentarão desvendar por que esta é muito mais quente do que a superfície da estrela e perceber como a energia do Sol se espalha pelo sistema solar, num fluxo que já foi comparado a uma cascata.

A Agência Espacial Europeia, em colaboração com a Academia das Ciências da China, lançará uma missão também ao Sol, mas baptizada com um nome mais simpático: SMILE (sorriso) – Solar wind Magnetosphere Ionosphere Link Explorer. O objetivo é perceber como o vento solar interage com o campo magnético da Terra.

Em 2025 a ligação de Musk a Donald Trump deve começar a pagar dividendos, com a provável aprovação de lançamento de até 25 veículos Star-

ship-Super Heavy, o foguetão mais potente de sempre, com capacidade para 100 passageiros, com o qual a Space X pretende inaugurar uma nova era de viagens no espaço. O primeiro passo é enviar material e astronautas para a Estação Espacial Internacional; mas alguns 'turistas' super-ricos poderão aproveitar a boleia para um passeio pelo espaço. Com esse dinheiro, Musk financiará a sua pesquisa. O empresário já revelou que o seu objetivo último é colonizar Marte e para isso precisa de um meio de transporte eficiente.

Ou seja, as viagens subaquáticas preconizadas em 1899 por Jean-Marc Côté continuam uma raridade e já deram mau resultado (veja-se o desastre do Titan, o submersível que ia mergulhar até ao Titanic e que explodiu com cinco pessoas a bordo em junho de 2023). Mas o turismo interplanetário, que pareceria algo ainda mais extravagante, pode estar em vias de se generalizar.

E Musk não está sozinho. Ainda na primeira quinzena de janeiro deverá partir de uma plataforma de lançamento na Florida – a estação de Cabo Canaveral – o foguetão da Blue Origin, a empresa de Jeff Bezos. O patrão da Amazon está na corrida ao espaço, e pretende no futuro montar uma nova estação espacial.

MILHÕES EM DEFESA Mas porquê tanto esforço, talento, conhecimento e dinheiro investidos num campo de investigação cujos benefícios para a humanidade são tão remotos e duvidosos? O que andam as grandes potências a tramar? Não deveriam esses recursos ser usados para resolver os problemas que temos cá em baixo no planeta Terra?

Talvez a resposta a esta questão possa ser dada em cifrões. Segundo a CNN, "em junho [de 2024] a US Space Force escolheu a Blue Origin, a ULA [United Launch Alliance, outro fabricante aeroespacial] e a SpaceX para competirem por contratos do Pentágono para missões previstas para os próximos quatro anos avaliados em 5,6 mil milhões de dólares".

Ou seja, por um lado, há muito dinheiro em jogo. Por outro lado, não se trata apenas da exploração do espaço, mas das armas do futuro que estão já na forja. Não é preciso ter uma bola de cristal para perceber que não faltará muito para que os drones e os caças se tornem brincadeiras de crianças perante armas muito mais devastadoras.

Com duas grandes guerras em curso e outras possivelmente em preparação, o ano de 2025, que agora começa, promete ser uma viagem alucinante. Se a humanidade chegar sem sobresaltos de maior até à próxima paragem – que é como quem diz, ao próximo ano – será caso para especial celebração.

A Radar //

New Year, Same Planet. Seca, inundações e calor extremo entre os desafios para 2025

2025 marca um novo capítulo na corrida contra o aquecimento global. Fenómenos como inundações, incêndios, calor extremo e seca estão entre os desafios ambientais para este ano. O relógio climático não pára: restam apenas quatro anos para agir.

DIANA GOMES
diana.gomes@newsplex.pt

2025 representa menos um ano na contagem decrescente para evitar os piores impactos das mudanças climáticas. Temos quatro anos e 198 dias para limitar o aumento da temperatura global a 1,5 graus Celsius, de acordo com *climate clock* (relógio climático). Este limite é crucial para evitar eventos climáticos extremos – como incêndios e inundações devastadoras –, perda de biodiversidade e elevação do nível do mar, que colocam em risco vidas humanas, ecossistemas e economias inteiras.

"Estamos a jogar à roleta russa com o nosso planeta". Foi assim que António Guterres descreveu a corrida contra o tempo para limitar o aumento das temperaturas globais, num discurso sobre a ação climática no Museu Americano de História Natural. De facto, o tempo não parece estar do nosso lado. O ano de 2024 foi o mais quente de que há registo e o primeiro em que as temperaturas médias globais deverão ultrapassar o objetivo do Acordo de Paris de 1,5 graus Celsius acima do período pré-industrial.

Ainda assim, caso este limiar seja ultrapassado, não significa que haja uma violação do Acordo de Paris. Para isso, o limite teria de ser de ser ultrapassado de forma persistente, durante um período de 20 a 30 anos. Mas mesmo nos níveis atuais de aquecimento global, já há impactos climáticos devastadores, como ondas de calor extremas, chuvas intensas e secas; reduções nas camadas de gelo; aceleração na subida do nível do mar e o aquecimento do oceano.

"Continuamos, coletivamente, a poluir alegremente e a não conseguir pôr em prática os compromissos

que assumidos na sequência Acordo de Paris. Isto não é um problema para um futuro longínquo, é um problema de hoje. Quanto mais tempo demorarmos a levar o assunto a sério, piores vão ser as consequências", alerta o engenheiro ambiental João Joanaz de Melo.

Em 2024, o aumento das temperaturas foi parcialmente justificado pelo fenómeno climático "El Niño", que causa o aquecimento anormal das águas superficiais do Oceano Pacífico equatorial central e oriental.

ENTRE OS TRÊS ANOS MAIS QUENTES Em 2025, surge o fenómeno oposto – "La Niña" – que deverá arrefecer ligeiramente as temperaturas globais. Ainda assim, as consequências não serão tão positivas. As previsões para este ano apontam para que a temperatura média global seja a terceira mais elevada de que há registo, de acordo com o Met Office do Reino Unido, o Centro Líder da Organização Meteorológica Mundial (OMM) para Previsão Climática Anual a Decenal.

A temperatura média global para 2025 está prevista entre 1,29°C e 1,53°C (com uma estimativa central de 1,41°C) acima da média do período pré-industrial (1850-1900). Caso as previsões se concretizem, isso significa que 2024 é o décimo segundo ano consecutivo em que as temperaturas atingem pelo menos 1,0°C acima dos níveis pré-industriais e o terceiro ano consecutivo em que as temperaturas excedem 1,3°C.

"Andamos a bater recordes de temperatura global todos anos. Se continuarmos a fazer a mesma coisa, os resultados vão os mesmos", critica o também professor associado na Universidade Nova de Lisboa.

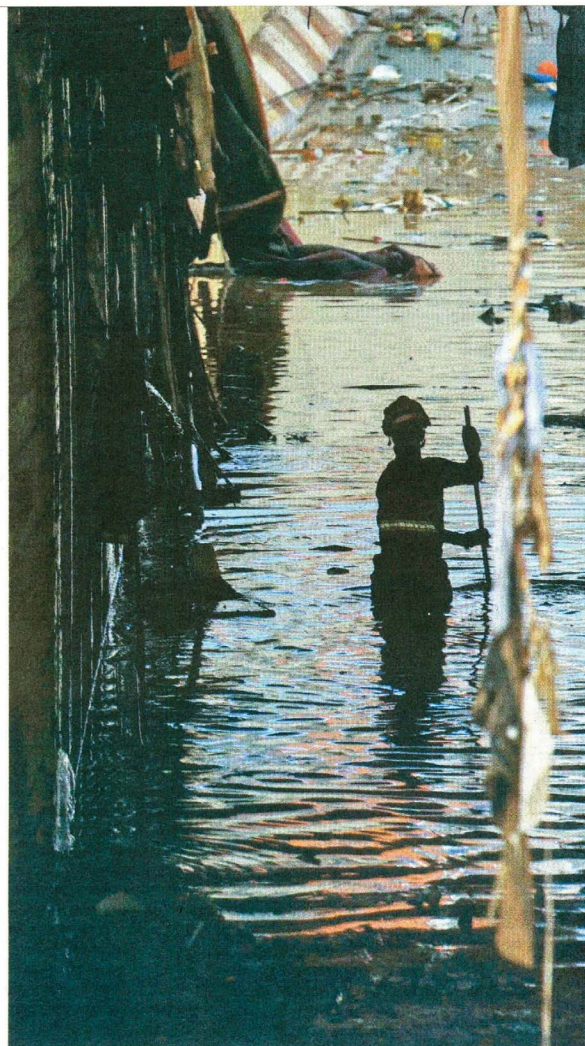
As temperaturas elevadas agravam problemas como incêndios florestais, que já devastaram milhões de hectares em países como Canadá e Grécia, e também Portugal.

De acordo com a Quercus - Associação Nacional de Conservação da Natureza, 2024 foi um dos piores anos da última década em termos de áreas ardidas. Recorde-se do incêndio que deflagrou a 14 de agosto na Madeira, em que arderam mais de cinco mil hectares ou a semana negra de 15 a 21 de setembro, em que 128 incêndios provocaram nove vítimas mortais e a destruição de milhares de hectares de povoamentos florestais maioritariamente de eucalipto, no distrito de Aveiro, e pinhais, em Viseu.

Sem políticas urgentes e eficazes de gestão florestal, tragédias semelhantes poderão vir a acontecer em 2025. "É inevitável. Temos um problema estrutural, uma vulnerabili-

"Continuamos a poluir alegremente e a não cumprir os compromissos do Acordo de Paris"

Os desafios são grandes: 2025 deverá estar entre os três anos mais quentes de que há registo



dade muito alta, e andamos fazer paliativos e a pôr pensos rápidos na hemorragia", critica Joanaz de Melo. "Enquanto essa elevada vulnerabilidade existir, vamos continuar a ter incêndios".

Num relatório publicado na semana passada, a Quercus apela à "ação concreta e/ou reforço de medidas", esperando que seja publicado o novo Regulamento Faixas de Gestão de Combustível, importante para a regulamentação do Sistema de Gestão Integrada dos Fogos Rurais (SGIFR), e reprogramado o Plano Estratégico da Política Agrícola Comum (PEPAC 2023-2027).

SECA E ESCASSEZ DE ÁGUA Em diversas regiões do mundo, a escassez de água tornou-se uma realidade cada vez mais grave, que se deverá continuar a sentir em 2025, com o aumento da temperatura global e, por consequência, dos períodos de seca.

A combinação de chuvas irregulares e temperaturas elevadas deverá agravar a seca em países como o Brasil, a Austrália e partes da África Subsaariana. Essas condições difi-

cultam a produção agrícola, elevam os preços dos alimentos e ameaçam a segurança alimentar de milhões de pessoas. Além disso, reservatórios secos e rios em níveis críticos comprometem o fornecimento de água potável para comunidades e indústrias.

Mais de 75% das terras do mundo ficaram mais secas nas últimas três décadas, alertou a Organização das Nações Unidas num relatório publicado em dezembro, que revela uma crise que poderá afetar até cinco mil milhões de pessoas até 2100.

Entre 1990 e 2020, 4,3 milhões de quilómetros quadrados de zonas húmidas foram transformados em terras secas, uma área maior do que a Índia, indica o documento, divulgado na COP16.

Só em 2023, mais de 50% das bacias hidrográficas do planeta registaram redução no volume de água, tornando-o o ano mais seco para os rios do planeta em três décadas, aponta o relatório anual da Organização Meteorológica Mundial (OMM).

Em Portugal, "desde praticamente 2017, com abrandamentos nos

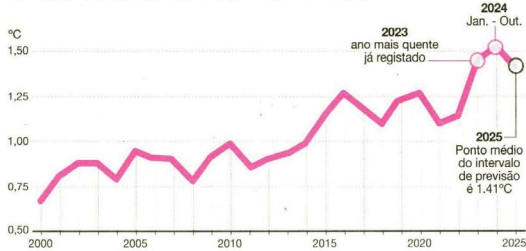


DESAFIOS

Inundações de 29 de outubro de 2024, em Espanha, foram as piores e mais destrutivas dos últimos anos
MANAURE QUINTERO/AFP

TEMPERATURA MÉDIA GLOBAL DESDE 2000

Diferença da temperatura global acima do período pré-industrial (°C)



anos de 2020 e 2021, o país tem vivido em grande parte do seu território cenário de seca durante quase todo o ano, como foi o caso de 2024, sendo particularmente grave na região do barlavento algarvio”, refere o relatório da Quercus, que destacou a seca como o pior que aconteceu a nível ambiental no ano passado.

A expectativa é a de que o inverno e os primeiros meses de 2025 garantam precipitação suficiente para preparar o país para o verão, já que na

primeira quinzena de dezembro, o volume armazenado de água esteve aquém das médias para este mês, com exceção de algumas bacias hidrográficas, revela o Boletim Semanal de Albufeiras, publicado pelo Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos (SNIRH).

INUNDAÇÕES E CHUVAS INTENSAS
 Enquanto algumas regiões sofrem com a falta de água, outras enfrentam chuvas excessivas e inundações

destrutivas. É o outro lado da moeda de um clima cada vez mais instável.

O exemplo mais recente foram as cheias de outubro, em Espanha, as mais mortíferas num único país europeu desde 1967. O cenário catastrófico vitimou mais de 200 pessoas e deixou dezenas de desaparecidos em Valência. Além disso, a acumulação de lixo e lama causadas pelos deslizamentos de terra e resíduos trazidos pelas cheias também foi apontado como um problema de saúde pública na região, como consequência das cheias.

Em 2025, tempestades severas deverão continuar a causar deslizamentos de terra, destruição de infraestruturas e deslocamento em massa de populações, principalmente em países como Paquistão e Indonésia.

Mas nada garante que o mesmo não possa acontecer em território nacional, dada a imprevisibilidade destes fenómenos. A acontecer, as consequências seriam devastadoras, já que existem pelo menos 26.500 edifícios construídos em zonas suscetíveis a inundações, normalmente associados a leitos de rios, em Por-

tugal Continental. Os dados são do mais recente Relatório do Estado do Ordenamento do Território 2024 (REOT), coordenado pela Direção-Geral do Território, que alerta para a urgência de uma política eficaz de ordenamento do território.

PRESERVAÇÃO DOS GLACIARES O derretimento acelerado das calotas polares e glaciares continua a elevar os níveis dos oceanos. Pequenos estados insulares, como Tuvalu e Maldivas, estão em risco iminente de desaparecer. Enquanto isso, grandes cidades costeiras, como Miami e Xangai, sofrem inundações periódicas e infiltrações de água salgada em reservatórios subterrâneos.

Em 2023, um relatório da Organização das Nações Unidas alertava uma subida alarmante do nível médio do mar. Entre 2013 e 2022, registava-se uma subida média por ano de 4,62 milímetros, o que representa o dobro da década anterior. Uma das consequências mais significativas da subida do nível do mar são as inundações e a erosão costeira.

Por ser uma região costeira, Portu-

gal está mais suscetível a esta ameaça. Em 2024, o nível médio do mar (NMM) medido no marégrafo de Cascais atingiu “o maior valor de sempre”, de 23,3 centímetros acima do referencial ‘Cascais1938’ (que corresponde à média do nível do mar entre 1882-1938). Nos últimos 25 anos o marégrafo de Cascais observou uma subida de 9,7 cm, correspondendo a uma taxa média de quatro milímetros por ano, o que significa que em 2025 este valor continuará a subir.

Estima-se que haja 225.000 pessoas residentes nas áreas costeiras vulneráveis à subida do nível médio do mar, em Portugal continental, num cenário probabilístico para 2100, de acordo com o Censos 2011.

Como forma de assinalar a urgência deste problema, a Assembleia Geral da ONU declarou 2025 o Ano Internacional da Preservação dos Glaciares, uma iniciativa proposta pelo Tajiquistão e adotada por unanimidade na 77.ª sessão da Assembleia.

Com o cenário geopolítico global torna-se ainda mais importante recenter as atenções no problema climático. “As situações de guerra que temos neste momento a nível internacional não ajudam. A atenção dos atores políticos está, prioritariamente, desviada para a forma de lidar com a guerra em cada país e, portanto, esse esforço não está a ser investido naquilo que é o nosso futuro global”, alerta Joanaz de Melo.

Neste contexto, cimeiras como a 30.ª Conferência da ONU sobre Mudanças Climáticas (COP30), que decorrerá entre 10 e 21 de novembro de 2025, em Belém, no Pará (Brasil), são uma oportunidade para procurar soluções e estabelecer novos compromissos para o combate ao aquecimento global.

A Radar //

Segurança. Inteligência artificial, drones e bodycams a vigiarem os nossos passos

Drones, bodycams, inteligência artificial e redes de comunicações conectando a PSP e a GNR fazem parte do policiamento de futuro. O problema é que não há dinheiro para adquirir o material tecnológico, nem tão pouco para pagar ao pessoal policial.

VÍTOR RAINHO
vitor.rainho@ionline.pt

Há 30 anos quem entrasse num comando distrital da PSP deparava-se com uma montanha de dossiês onde estavam os processos policiais em curso e os arquivados. Nas esquadras, máquinas de escrever antiquadas serviam para os agentes registarem as queixas, levando uma eternidade a fazer os auto de notícias. As equipas de investigação tinham à porta carros com mais de uma dezena de anos e que permitia, por exemplo, aos traficantes fugirem nos seus veículos em marcha-atrás. A observação do local que iria ser alvo da rusga era feita com binóculos numa zona mais elevada. A tudo isto assistiu vezes sem conta.

Hoje, tudo tem de ser feito de forma diferente, até para se cumprirem determinações europeias. Drones, bodycams e o recurso à Inteligência Artificial vão fazer parte do futuro das forças de segurança, que terá de ter uma rede de comunicações moderna e segura para fazer face ao crime organizado. "O problema é que anda-se há anos a tentar comprar as ditas câmaras, mas o fumo branco não aparece. Os carros patrulhas também têm de ser equipados com bodycams. No fundo, vamos pôr-nos a filmar todos uns aos outros. Pode ser que a coisa resulte, mas vai ficar uma coisa de loucos", diz ao *i* um especialista em segurança.

A IMPORTÂNCIA DE ESTAR EM REDE "É preciso apostar no Sistema Informático Operacional da PSP e da GNR, para corresponder às exigências euro-

peias, nomeadamente ao Regulamento Geral de Proteção de Dados. Que incorpore já ferramentas avançadas de inteligência artificial. E que seja robusta do ponto de vista da cibersegurança. Isso é uma coisa basililar e que tem de ser comum às forças de segurança. Todas as esquadras e postos de trabalho têm de estar ligadas em rede, desde os auto de notícias, etc. E permite outra coisa: criar esquadras e postos virtuais, não sendo preciso ir à esquadra fazer queixa, pois pode fazer-se através do sistema informático", explica o mesmo especialista.

"A mobilidade da criminalidade internacional é uma das preocupações. Isso obriga as polícias a terem um sistema comum, uma plataforma comum de comunicação, que se devia estender a outras forças, mas isso é outra questão. O próximo secretário-geral do Ministério da Administração Interna tem de apostar numa sinergia entre as polícias, para dar uma resposta cabal à criminalidade internacional", acrescenta o mesmo especialista.

O CRIME NÃO ESPERA PELOS POLÍCIAS Se a criminalidade ligada à globalização é uma realidade, também não deixa de ser evidente que a PSP e a GNR não têm facilidade de recrutar novos membros. Atendendo a isso, as regras de admissão têm sido 'aligeiradas' nos últimos anos. Na última atualização, feita na semana passada, a idade máxima de admissão subiu dos 30 para os 34 anos e a altura mínima para se concorrer à PSP deixou de existir: "Já participei em várias incorporações

de novos polícias e cada vez mais se fecham os olhos a coisas que no passado eram impensáveis não ligar. Desde candidatos que assumem que consumiram haxixe a outros comportamentos que significavam um chumbo, agora são apenas pormenores", diz ao *i* um médico conhecedor do processo de admissão.

"Se não existe altura mínima, será que os anões vão poder entrar na PSP, isto sem qualquer desprimor para quem o é? Mas estarão essas pessoas aptas para combater o crime?", questiona um oficial da instituição.

Já se percebeu que a Polícia de futuro terá de ter outros meios ao seu dispor, mas a falta de investimento gritante nos últimos 20 anos atrapa-

lha todo o processo. "Hoje em dia o crime internacional tem muitos recursos e beneficia de um fraco investimento na modernização das forças de segurança nos últimos anos. Há uma desvantagem considerável das forças de segurança face ao crime organizado", admite fonte da direção nacional da PSP.

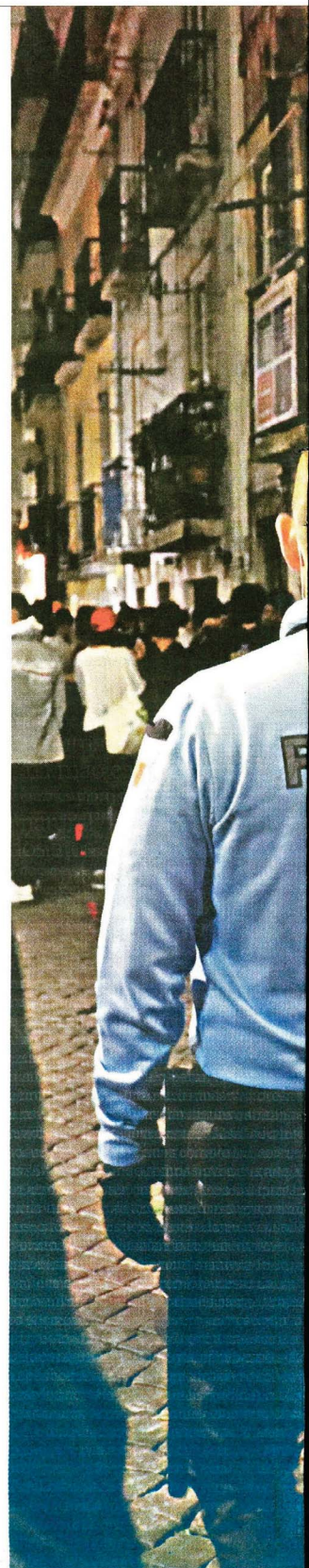
"É preciso resolver a capacidade de contenção ou falta de recursos humanos da secretaria-geral do MAI, que gere as coisas. Todos querem carros bons, mas depois também é preciso autoestradas. Ou de outras forma: as forças de segurança são os pilotos, mas depois é preciso oficinas que cuidem dos carros. E, neste caso, a oficina é a secretaria-geral do MAI". Que está numa fase de renovação...

FALTA DE RECURSOS HUMANOS "A Polícia Judiciária não tem problemas desses porque o Estado paga bem. Se o mesmo acontecesse na PSP e na GNR não havia este problema. Um jovem que não seja de Lisboa ou do Porto como é que sobrevive nessas cidades com o ordenado que tem? Quando Constança Urbano de Sousa foi ministra arrasou com as messes, onde se comia mais barato e se podia pagar no fim do mês, quando se recebia. Tudo o que se passou com a área social das forças de segurança, que há 20 ou 30 anos era uma área muito forte, que funcionava quase como um segundo salário, era uma espécie de Santa Casa da Misericórdia, desapareceu", acrescenta a mesma fonte.

Aos desafios do futuro é preciso acrescentar "o questionamento per-

A mobilidade da criminalidade internacional será um dos grandes desafios das forças de segurança

Todos os anos há menos candidatos a polícias. Governo procura aligeirar condições de admissão





DESAFIOS

A Polícia do futuro terá agentes bem equipados com as novidades tecnológicas

MAFALDA GOMES

manente e completo das práticas das forças de segurança que não motiva novos candidatos. A falta de atratividade para se ingressar na PSP e na GNR não tem só a ver com os baixos salários, é também esta adversidade e este constante questionamento. Há polícias que têm dezenas de processos em cima e isso afeta o seu vencimento e a sua atuação, pois fica afetado psicologicamente, até que se prove o contrário. Hoje em dia é muito fácil fazer uma queixa anónima. Qualquer dia há mais gente a investigar o que faz um polícia do que propriamente o seu trabalho. Tudo o que faz é questionado. Isso leva a uma paralisia do sistema, apesar de ninguém ser contra a fiscalização do seu tra-

balho, o que não se pode admitir é uma perseguição cega aos polícias. Tudo é questionado, como se os agentes é que fossem os criminosos, muitas vezes partindo-se de queixas anónimas", confessa um sindicalista.

O TRIUNFO DO PRIVADO "O que vai acontecer com a Polícia é o que se passa com as escolas privadas, cada vez há mais enquanto a escola pública se afunda. Qualquer dia a Polícia está entregue à segurança privada. É só ver os autocarros, onde os revisores são seguranças privados, em que ninguém protesta", diz ainda.

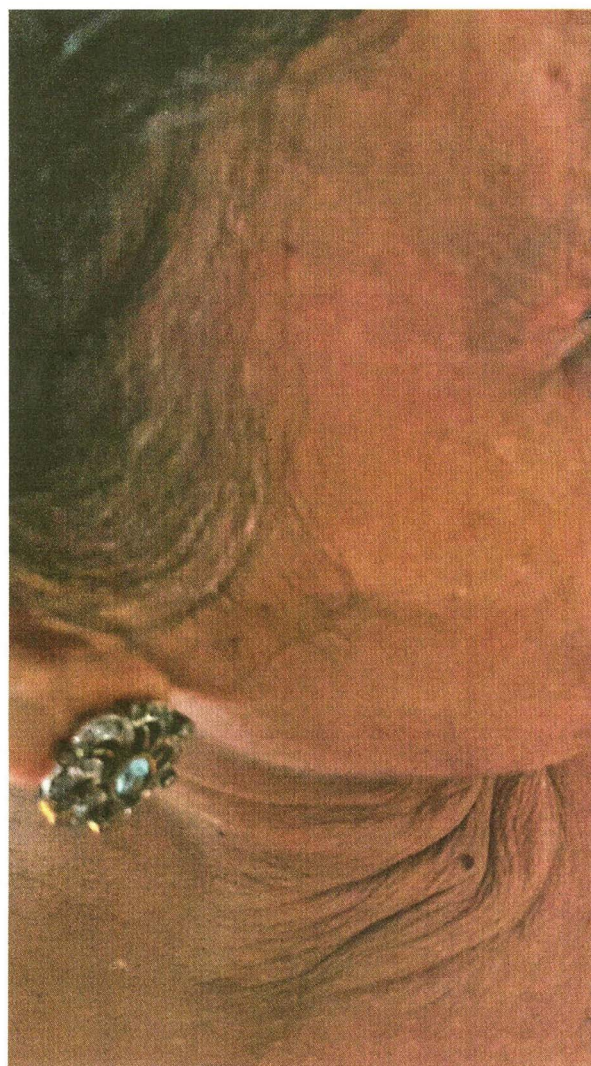
Apesar do exagero do comentário de um comissário da PSP, é evidente que os futuros desafios tecnológicos vão confrontar-se com a falta de atratividade para 'conquistar' novos polícias bem como para novos técnicos da secretaria-geral do MAI.

Combater assaltantes de bairro é algo que as polícias têm feito ao longo dos tempos, mas agora as preocupações são bem diferentes e bem mais complexas. E para isso é preciso meios tecnológicos e físicos. A ministra da Administração Interna começou esta segunda-feira as negociações com os sindicatos e associações socioprofissionais da PSP e da GNR, que não vão querer reivindicar melhores salários, a partir de da revisão das carreiras e promoções, que implicam melhoramentos salariais. A tudo isto, que não é pouco, há ainda que acrescentar a necessidade urgente de acelerar a recuperação de esquadras, muitas das quais não têm a mínima dignidade.

“Ao acabar com a altura mínima para admissão às forças de segurança até anos poderão ser aceites”

“As forças de segurança fazem lembrar as escolas. Cada vez há mais privadas”

Envelhecimento. Nem a natalidade junto de imigrantes salva saldo



José Malheiros, geógrafo e especialista em migração já veio admitir que não serão estes fluxos de imigração que irão resolver o problema de envelhecimento em Portugal. E não hesita: “Estamos e vamos continuar a envelhecer”.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

A população portuguesa está cada vez envelhecida e os nascimentos não permitem inverter esta tendência. A agravar esta equação está o facto de entre janeiro e setembro terem nascido 63.237 bebés, menos 430 do que em igual período do ano passado. Os dados foram revelados pelo Instituto Nacional de Saúde Doutor Ricardo Jorge (Insa) e contrariam os números dos últimos dois anos, que apontavam para subidas consecutivas, o que permite perspetivar uma nova queda da taxa de natalidade.

E a descida só não foi mais acentuada devido ao nascimento ao contributo para a natalidade dado por mulheres estrangeiras.

Por outro lado, de acordo com os dados do Instituto Nacional de Estatística, Portugal registou mais 886 mortes nos primeiros seis meses do ano passado face a igual período de 2023. No total, no primeiro semestre morreram cerca de 61 mil pessoas em Portugal. Só em junho, ocorreram mais de 9 mil óbitos, mais 338 que em junho do ano passado.

Também a mortalidade infantil tem subido. Só no ano passado morreram 261 bebés abaixo de um ano de idade. Trata-se do valor mais alto desde 2019. O acesso desigual a cuidados de saúde e gravidezes mal vigiadas poderão justificar esta subida.

Poderá o ‘sangue novo’ da imigração salvar estes números? Ao í, José

Portugal registou
mais 886 mortes nos
primeiros seis meses
do ano passado face a
igual período de 2023

Também a
mortalidade infantil
tem subido.
Só no ano passado
morreram 261 bebés

Malheiros, geógrafo e especialista em migração, já veio admitir que não serão estes fluxos de imigração que irão resolver o problema de envelhecimento em Portugal. “Estamos e vamos continuar a envelhecer. Os imigrantes não inverterão o processo de envelhecimento e é bom termos consciência disso. Do ponto de vista macro, muitos países de onde vêm os imigrantes também estão a envelhecer”, explica. E acrescenta: “Não vamos conseguir que o país tenha de repente mais nascimentos do que óbitos nos próximos anos. Logo, esta entrada de imigrantes pode fazer com que o número total de habitantes do país se mantenha estável ou crescer um bocadinho, invertendo o que aconteceu no último decénio”.

Apesar de reconhecer que o índice de fecundidade continua a ser baixo, admite que o contributo dos imigrantes “apesar de tudo mitiga” o processo de redução de número de nascimentos no país.

PROBLEMA GENERALIZADO O problema da baixa natalidade e do envelhecimento não afeta apenas Portugal. A população da Europa está a envelhecer e até 2030, a maioria dos países da União Europeia vai ver o número de trabalhadores com mais de 50 anos aumentar para 55% do total da força de trabalho. As estimativas são da Comissão Europeia e revelam ainda que Portugal, Grécia, Itália e Espanha estão entre os 10 principais países com a menor taxa de natalidade do mundo.



O fluxo de imigração mitiga os problemas de envelhecimento da população, mas não os resolve

DREAMSTIME

Mas a este grupo juntam-se muitos outros e, no início deste ano, até a China se deparou com a queda da sua população pela primeira vez em 60 anos. No final de 2023 contava com 1411,75 mil milhões de pessoas, comparando com 1412,6 mil milhões em 2021. A queda de 850 mil pessoas marca, de acordo com os especialistas, o início de um declínio populacional no país, apesar dos esforços de Pequim para inverter a tendência.

Jorge Malheiros lembra que até na África subsariana, onde ainda se registam índices de fecundidade mais elevados – na ordem dos três nascimentos por mil, mas que já chegou a atingir os cinco e os seis – também está a cair. O mesmo cenário repete-se na África do Norte,

com índices na ordem dos dois, como é o caso da Tunísia. “É verdade que numa parte da África subsariana ou no Médio Oriente ainda existem índices sintéticos de fecundidade altos, mas também esses estão a diminuir. Na Índia, onde eram altos, estão a diminuir. Na América do Sul e Central também diminuíram muitíssimo”, salienta.

E não hesita: “Estes níveis de envelhecimento são muito mais significativos na Europa, mas também já são muitos significativos na China e começam a ser claramente preocupantes na América Latina e no continente americano, em geral”, o que o leva a questionar: “Como é que vamos viver com uma população que tem uma figura de pirâmides demográficas, onde a percentagem de pes-

Níveis de envelhecimento são mais significativos na Europa, mas também já se notam na China

A maioria da população em idade fértil sabe que pode controlar a fecundidade

soas acima dos 60 anos e acima dos 80 tem valores muito elevados?”.

O QUE ESTÁ A PROVOCAR ESTA QUEDA De acordo com o geógrafo, a possibilidade de planificar é uma das grandes responsáveis pelo fenómeno. “Isso é fundamental e chega a todo o lado. O facto de se poder separar a sexualidade da reprodução sinalizou-se em todo o lado, mesmo nos países mais conservadores, como nos países islâmicos. Há formas de controlar a natalidade e há a utilização de contraceptivos, em alguns casos mais, em outros menos. Há também a utilização de contraceptivos masculinos”.

A maioria da população em idade fértil sabe que pode controlar a fecundidade. “É claro que isso é mais evidente nuns casos do que em outros,

mas quase todos sabem que o podem fazer e uma grande parte faz”.

Outra das razões, avança o professor universitário, é o modelo de sociedade que se foi generalizando. “Esta sociedade rápida existe aqui, mas também existe no Cairo, na Nigéria, nos países asiáticos e, portanto, as condições que levam à diminuição da fecundidade estão presentes em todo o lado. O que é que mitiga isto? As componentes culturais, que nuns casos fazem com que seja mais rápido, noutros mais lento. Componentes que estão relacionadas com o grau de emancipação das mulheres. Sabe-se que a emancipação ao nível da instrução das mulheres está muito associada à sua capacidade de decidir efetivamente quando e quantos filhos querem ter”.

A Radar //

Idosos. Os desafios de uma população cada vez mais envelhecida

Lares estão mais caros e as vagas também não respondem à procura. O Governo tem avançado com medidas mas nem sempre são suficientes. E há muita pobreza na velhice. Quais os desafios daqui para a frente?

DANIELA SOARES FERREIRA
daniela.ferreira@jonline.pt

"O século XX foi principalmente um século de crescimento populacional, o século XXI será de envelhecimento populacional". A frase é do demógrafo Chris Wilson e mostra bem a realidade. Em Portugal, a população está a envelhecer e o nosso país é um dos mais envelhecidos da União Europeia. A tendência – que não é nova mas que se tem vindo a agravar ao longo dos anos – acarreta responsabilidades e traz consigo vários desafios. É certo que é bom perceber que vivemos mais tempo mas é preciso adaptação a essa realidade, encontrar formas de responder às necessidades dos idosos, aumentar a oferta de instituições que ajudem nos seus cuidados, permitir que passem mais tempo com a família, entre outros.

O Governo tem avançado com algumas medidas para tentar ajudar a população mais idosa e em outubro do ano passado aprovou um pacote de medidas dedicadas à população idosa. O destaque vai para a criação do Estatuto da Pessoa Idosa, "que visa garantir um envelhecimento ativo e valorizado, assegurando maior dignidade e inclusão para os mais velhos", diz o Governo.

Entre as medidas estão o apoio domiciliário, com o objetivo de impulsionar acesso a serviços que articulem a prestação de cuidados médicos e de enfermagem, psicologia, fisioterapia, estimulação cognitiva, sensorial e motora, bem como o apoio à atividade quotidiana; havendo também benefícios na saúde com "acesso facilitado a medicamentos e outros benefícios de saúde para a pessoa idosa em situação de carência económica". O Governo destaca ainda habitação digna e adequada e reforço de garantia da não-discriminação de arrendatários idosos.

Entre as medidas está ainda o voluntariado sénior "em ações de interesse social e comunitário, como projetos e programas" ou a academia sénior

que pretende promover o acesso à educação, entre outras.

A estas medidas junta-se a atualização das Pensões no ano imediatamente seguinte ao da sua atribuição, a revisão do estatuto de cuidador e um aumento em 3,5% da comparticipação financeira mensal do Estado em estruturas residenciais para pessoas idosas, centros de dia, lares residenciais e serviço de apoio domiciliário. O aumento, segundo o Governo, "permite minimizar efeitos da inflação e fazer face às despesas extraordinárias de funcionamento e dificuldades de tesouraria destas respostas sociais".

FALTA DE LARES E CUSTOS ELEVADOS

Mas, por falar em lares, este parece ser um assunto ainda difícil de resolver. Os lares estão mais caros e a oferta não corresponde à procura, o que quer dizer que são muitos os que não conseguem vaga. A começar pelos valores, a mensalidade média nacional cobrada pelos lares, em janeiro do ano passado era de 1.425 euros, um valor que representa um aumento de 6,5% face ao ano anterior.

Ao i, Marina Lopes, CEO e fundadora da Lares Online, explica que este setor "tem tido, nos últimos anos, um aumento significativo de pedidos de admissão em lar", defendendo que de 2023 para 2024, "a taxa de crescimento foi de 37%". Mas explica que "este crescimento de pedidos de admissão está intrinsecamente ligado ao aumento do número de pedidos não concretizados", sendo que nos últimos seis meses, "em média, 54% da procura não teve vagas compatíveis a valor mais acessível".

Marina Lopes defende que este "é um fator de preocupação do setor dos lares, pois revela uma falta de capacidade em aportar respostas ajustadas e seguras às necessidades atuais existentes", alertado que é preciso "que exista uma maior cooperação entre o Estado e o setor dos lares, nomeadamente na criação de condições de igualdade de acesso aos lares por parte dos idosos, mas tam-

bém, de rastreação do encaminhamento para lares legalizados e de garantia de admissão de idosos que possam ser vistos como prioritários".

Sobre os preços elevados, a responsável adianta que a plataforma Lares Online conseguiu verificar que, a nível nacional os preços das mensalidades em lar têm subido ao longo dos últimos anos, "a par do aumento do custo de vida em Portugal e do investimento que tem sido feito na melhoria da qualidade das instalações e serviços oferecidos pelos lares". Durante o ano de 2024, "a taxa de crescimento dos valores das mensalidades em lar foi de 12,4% e a verdade é que a perspetiva para o ano de 2025 é que os valores aumentem de novo".

Para este ano que agora começou, os valores "ainda estão a ser atualizados e poderão sofrer alterações ao longo dos primeiros meses".

O i tentou ainda perceber junto de Marina Lopes quais os principais desafios para o futuro. "Portugal enfrenta, hoje em dia, um problema grave, já apontado por várias gerações: o crescimento da população idosa sem que exista uma preocupação com a formação e capacitação de cuidadores formais suficientes para responder às necessidades desta popu-

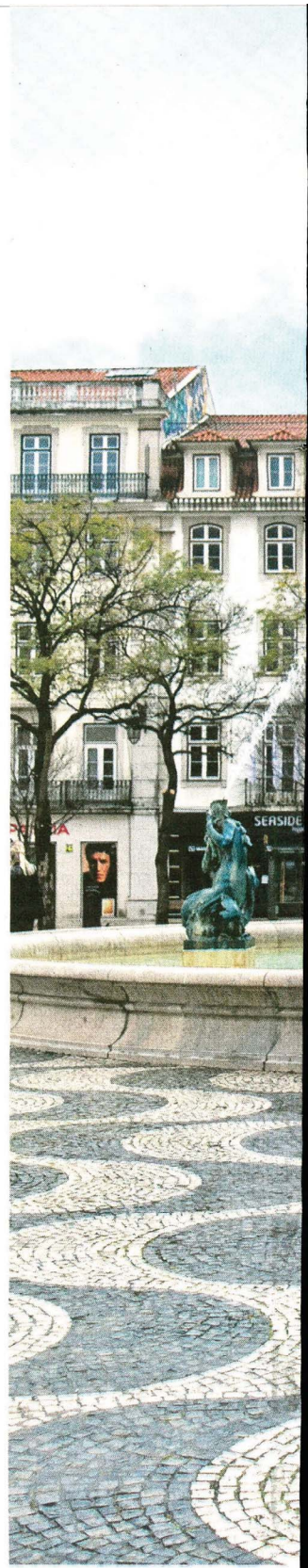
lação e garantir a qualidade dos cuidados", reforça, defendendo que "é preciso dignificar esta profissão e criar incentivos para atrair talento na área dos cuidados aos idosos".

Mas defende mais. "Além de promover o envelhecimento ativo e com isso, retardar a necessidade de cuidados, será inevitável que o país tem que estar pronto para responder ao desafio desta demografia em todas as dimensões, nomeadamente, no que respeita à sustentabilidade e otimização dos recursos disponíveis". Por isso, Marina Lopes realça a necessidade e importância "que os lares de idosos têm na nossa sociedade e a exigência de um aumento da dotação orçamental afeta à capacitação dos lares nacionais", acrescentando que "este aumento ao nível do orçamento entregue aos lares vai significar uma melhoria, já implícita, das infraestruturas existentes, uma maior formação do pessoal trabalhador neste tipo de instalações e um aumento da capacidade de camas disponíveis", garantindo que a plataforma está disponível para negociar com o Governo "para apoiar o Governo no desenvolvimento de uma estratégia concisa para o setor da prestação de cuidados à população idosa, ponto fundamental para o desenvolvimento de uma área da sociedade portuguesa que tem sido deixada para trás e que tem sentido grandes carências".

Recorde-se que, em meados do ano passado a Confederação Nacional de Reformados, Pensionistas e Idosos (MURPI) entregou no Parlamento uma petição com mais de oito mil assinaturas a exigir uma rede pública de lares e o reforço do apoio aos idosos que permaneçam em casa.

Pela mesma altura, a Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade (CNIS) dizia que faltam 20 mil vagas em lares de idosos, avisando que esta situação faz aumentar o número de lares ilegais.

POBREZA NA VELHICE Quando o INE lançou este ano o relatório da pobreza, deixou um alerta: a pobreza entre



Governo quer "garantir envelhecimento ativo e valorizado", com "dignidade e inclusão"

Mensalidades dos lares cresceram em 2024 e para 2025 é provável que aumentem de novo



DESAFIOS

Número de idosos em Portugal tem crescido ao longo dos anos e há desafios a superar

BRUNO GONÇALVES

esta faixa etária é a mais grave dos últimos 15 anos. Este é um dado preocupante que o economista Eugénio Rosa tentou explicar ao *Nascer do SOL*. "Entre 2017 e 2023, passou de 16,4% para 23,9%, ou seja, um crescimento chocante de 45,7%, em grande parte, devido às baixíssimas pensões que os reformados recebem e que o duplo aumento tão propagandeado para 2025 não alterará", acusa.

Quem também não acredita que o aumento das pensões possa vir alterar muito o cenário atual é Luís Capucha, professor no ISCTE. Ao nosso jornal chegou a dizer que o aumento da pobreza nos mais velhos é um indicador "particularmente grave porque o Complemento Solidário para Idosos está a falhar na sua missão. Algo se está a passar de forma contrária aos objetivos da medida", defendendo que "se não se reforçarem as medidas de política – e neste campo é outra vez claro que não basta o apoio ao rendimento – então pouco irá mudar".

RAIO X Atualmente, segundo os dados mais recentes, no ano passado, o país tinha dois milhões e meio de pessoas com 65 ou mais anos. Dados

do Eurostat mostram que a idade média da população da União Europeia aumentou 2,3 anos desde 2013, quando era de 42,2 anos. Portugal ocupa o topo da tabela, com a população a envelhecer 4,4 anos em média, em apenas uma década. No que diz respeito ao índice de dependência dos idosos, Portugal também estava no topo da tabela com 38%. A média europeia é de 33,4%.

Olhando 20 anos atrás, nessa altura existiam quatro pessoas em idade ativa por cada idoso, agora existem só duas. Por cada 100 jovens, com menos de 15 anos, existem 186 pessoas com mais de 65.

E a tendência é continuar assim. Quando em 2020 o Instituto Nacional de Estatística (INE) fez uma projeção da população até 2080, previa que o número de idosos (com 65 anos ou mais) passará de 2,2 para os três milhões. Além disso, o índice de envelhecimento no nosso país quase duplicará, passando de 159 para 300 idosos por cada 100 jovens, em 2080, em resultado do decréscimo da população jovem e do aumento da população idosa. Por essa altura, diz o gabinete de estatística, a região mais envelhecida será a Região Autónoma da Madeira, com este índice a atingir os 429 idosos por cada 100 jovens, e a região menos envelhecida será o Algarve, com um índice de 204.

O INE prevê que o índice de envelhecimento só tenderá a estabilizar na proximidade de 2050, "quando as gerações nascidas num contexto de níveis de fecundidade abaixo do limiar de substituição das gerações já se encontrarem no grupo etário 65 e mais".

E se a população está a envelhecer, também há cada vez mais pessoas a ultrapassar a meta dos 100 anos. Segundo dados da Fundação Francisco Manuel dos Santos, em 2023, havia 3.043 pessoas com mais de 100 anos em Portugal. No espaço de uma década, o número de centenários no país cresceu 84%.

Portugal ocupa o topo da tabela da UE com a população a envelhecer 4,4 anos em média

População está mais idosa. Em 2023, havia 3.043 pessoas com mais de 100 anos a viver em Portugal

A Radar //

Trabalhar aos 70 anos. “Proibido” no público, mas com portas abertas no privado

O presidente da Associação Stop Idadismo defende que a atual legislação deve ser alterada e questiona as regras: “Que sentido faz um médico ter de sair do serviço público e poder continuar no privado?”. Eduardo Paz Ferreira e Maria João Valente Rosa também têm sido duas vezes críticas.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@online.pt

As regras para trabalhar depois dos 70 são mais apertadas no setor público do que no privado. Mesmo com as ligeiras alterações à lei em 2019 – para incluir uma exceção que permite aos funcionários públicos com mais de 70 anos continuarem a exercer funções “em caso de interesse público excepcional” e desde que fundamentado. Se quiser permanecer em funções, o trabalhador terá de pedir autorização para continuar a trabalhar que, depois de validada, tem a duração de seis meses. As autorizações podem ser renovadas sucessivamente até ao limite de cinco anos.

Ao i, o presidente da Associação Stop Idadismo, José Carreira, considera que há discriminação em todas as idades, mas admite que “com as pessoas mais velhas é mais violenta”. E não hesita: “Deve ser dada a possibilidade de as pessoas se reformarem se assim o entenderem e, desta forma, deveria acabar esse limite de idade que é imposto, especialmente na função pública aos 70 anos quando a esperança média de vida em Portugal é uma das mais elevadas do mundo”, defendendo “que deixa de fazer sentido este sistema que foi pensado há muitos anos, que não está ajustado às necessidades, aos gostos e aos interesses das pessoas, em primeiro lugar, e por outro lado, não responde às necessidades dos

próprios serviços porque sabemos que está a ser cada vez mais complicado recrutar para algumas áreas e de substituir as pessoas que se estão a reformar”.

E dá como exemplo aquilo a que se assiste com os médicos e com os professores, duas áreas em que é clara a falta de profissionais. No primeiro caso, muitos veem o privado como uma espécie de salvação, já que podem continuar a exercer a sua profissão, independentemente de terem atin-

gidos os 70 anos. “Que sentido é que isso faz? Estamos a abdicar dos nossos melhores, de gente que quer continuar a dar o seu contributo e acabam por passar da porta A para a porta B, dando seu contributo no privado quando estamos a braços com a falta de recursos humanos”, refere. O caso dos professores é outro exemplo gritante. “É claro que é uma profissão que as pessoas estão esgotadas e não sei até que ponto que querem continuar. Mas não faz sentido, por exemplo, no ensino universitário dizer que têm de se ir embora. Isso é uma contradição”.

Outra contradição diz respeito à possibilidade de haver determinados cargos públicos até eletivos com pessoas com mais de 79 anos. “O nosso Presidente da República tem 76 anos e, neste caso, não há problema. Não faz sentido”, salienta.

EXCEÇÕES Apesar de aplaudir as alterações levadas a cabo à legislação, permitindo que as pessoas se assim o entenderem possam continuar a trabalhar com mais de 70 anos, José Carreira reconhece que são casos excecionais. E dá o exemplo de João Goulão, que até aqui tem estado à frente do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD), mas que entretanto, já anunciou a sua saída. “João Goulão tem permanecido no cargo, apesar da idade, porque é considerado um caso de extrema necessidade e de

“Aumentamos a idade da reforma e depois dizemos às pessoas que chegam aos 70 anos que não valem nada”

“Agora para se manter no cargo tudo depende do critério e de quem vai avaliar”, refere José Carreira



interesse público. É uma exceção à regra”, refere ao nosso jornal, defendendo que para as pessoas desta idade permanecerem no cargo devia deixar de haver uma justificação concreta. “Quero continuar, o serviço entende que sou válido”, deveria ser o suficiente. Além disso, acrescenta, “deveria ser um procedimento automático”. Ao contrário do que acontece hoje. “Para se manter no cargo tudo depende do critério e de quem vai avaliar, em que a excecionalidade e a ideia de interesse público tem de estar sempre presentes”.

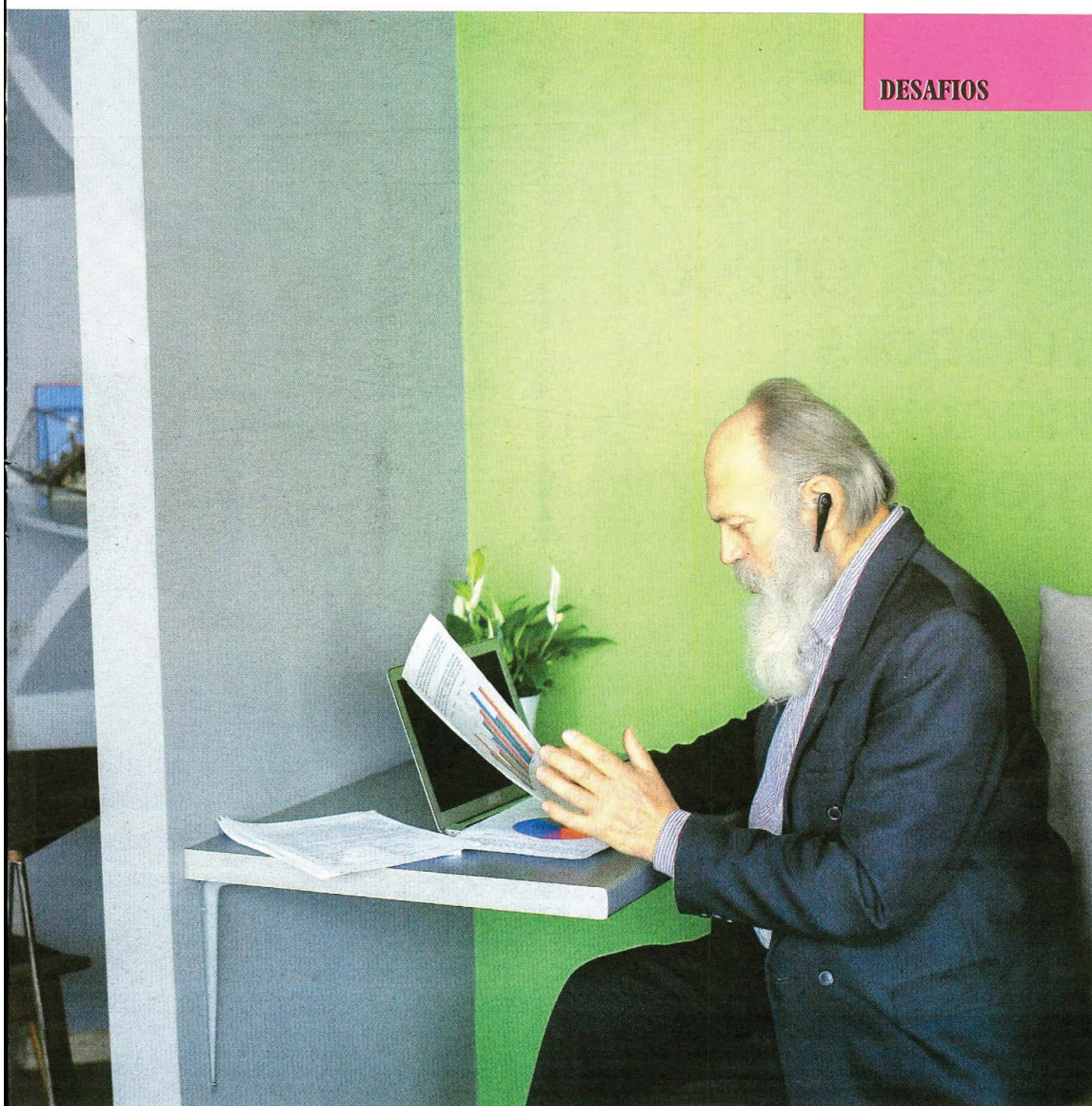
O presidente da Associação Stop Idadismo dá como exemplo o que se vive na Alemanha. “Há uma necessidade enorme de recursos humanos em várias áreas e mesmo beneficiando da imigração não estão a conseguir encontrar soluções, daí aceitarem que pessoas mais velhas continuem no cargo. Em Portugal, estamos a aumentar progressiva-

mente a idade da reforma e depois estamos a dizer às pessoas que chegam aos 70 anos não valem nada. O que estamos a assistir é a reformas compulsivas. É urgente mudar a forma como pensamos, a forma como sentimos e a forma como agimos em relação ao nosso processo de envelhecimento e ao processo de envelhecimento da sociedade e enquanto isso não acontecer e enquanto não houver uma alteração da mentalidade e da cultura relacionada com a questão do envelhecimento vamos continuar a ter uma legislação idadista que penaliza a pessoa, que se vê obrigada de um dia para o outro a deixar de fazer o que gosta de fazer e, ao mesmo tempo, penaliza questões relacionadas com a sustentabilidade da Segurança Social e uma série de serviços que se veem de um dia para o outro sem recursos humanos”. Outro exemplo apontado pelo res-

DESAFIOS

Apesar da lei ter sofrido alterações em 2019, as regras continuam a ser apertadas na função pública para poder continuar a partir dos 70 anos

DREAMSTIME



ponsável diz respeito ao Reino Unido que lançou uma campanha nacional de combate ao idadismo. Uma ideia que foi lançada pela associação nas últimas eleições legislativas com um manifesto a defender uma campanha semelhante. “Temos um plano nacional para o envelhecimento ativo e saudável que felizmente está a ser implementado, mas se calhar a um ritmo lento, porque este mesmo plano está manco, já que devia ter como pilar o combate ao idadismo e a palavra idadismo aparece uma única vez”. E questiona: “Se queremos alinhar as estratégias internacionais com as nacionais que sentido faz não começarmos pela base? Não podemos continuar a ter um olhar negativo, estereotipado e estigmatizante sobre o nosso envelhecimento”.

Para já, o presidente da entidade promete voltar a falar com os deputados da Assembleia da República

para chamar de novo a atenção para esta questão.

DESCONTENTAMENTO Uma situação que tem provocado várias críticas. Uma delas é de Eduardo Paz Ferreira, que foi ‘obrigado’ a dar a sua última aula na Faculdade de Direito no dia 8 de fevereiro de 2023 por ter atingido 70 anos, mantendo, no entanto, o seu escritório de advogados. Nessa altura, em entrevista ao *Nascer do SOL*, denunciou: “É uma violência total que, independentemente das condições físicas e psicológicas, as pessoas sejam obrigadas a sair do trabalho”. Lembra que “é o que acontece tipicamente na função pública por força da lei”, mas “mesmo noutras circunstâncias há a tendência de pôr as pessoas de idade e até bastante mais novas do que os 70 anos fora do mercado de trabalho, fora do mercado de intervenção cívica”.

“Odeio o racismo, o sexismo e aquilo a que se chama vulgarmente o idadismo”, afirma Paz Ferreira

“Continuamos a achar que aos 65/ 66 anos devemos entrar para a gaveta dos mais velhos”, diz Valente Rosa

Em relação às consequências não hesita: “Deitá-los fora como se fossem restos indiferentes. Isto tem um efeito terrível sobre as pessoas, sobre a sua saúde, sobre a capacidade e o interesse que encontram em viver. E tem também um efeito terrível sobre a sociedade, porque perde muitas valias no que essas pessoas representam, em termos de conhecimentos, de interesses e experiências. Tudo isso desaparece, sendo substituído por pessoas mais jovens e mais bem preparadas à partida, mas a quem falta toda essa experiência”.

O professor catedrático disse ainda que odeia “o racismo, o sexismo e aquilo a que se chama vulgarmente o idadismo, que é esta tendência para pôr de lado os idosos e considerar que não servem para nada”, acrescentando que, “na melhor das hipóteses, servem para tratar dos netinhos e de coisas assim.

Isto é um desrespeito total pelos direitos humanos e é preciso corrigir isso”.

A demógrafa Maria João Valente Rosa é outra das vozes críticas. “Continuamos a achar que aos 65/ 66 anos, a pessoa deve entrar para a gaveta dos mais velhos. Mas as pessoas dessa idade nada têm a ver com uma pessoa com a mesma idade em 1960. Hoje, uma pessoa com 72 anos tem uma esperança de vida equivalente a uma pessoa com 65, nos anos 60. Uma pessoa 40/ 41 anos está atualmente a meio da sua vida. Tem tantos anos para viver como aqueles que já viveu. E se for mulher ainda mais. Temos uma idade para estudar, uma para trabalhar e uma para se descançar. Isto não faz qualquer sentido porque a formação é um processo importante que deve ocorrer ao longo da vida. Nas idades centrais trabalha-se e não se tem tempo para mais nada. Pergunto: e se trabalhássemos um bocadinho menos nas idades centrais e prolongássemos mais o tempo de trabalho? Depois a pessoa chega à reforma, por ter uma certa idade, e dizem ‘aproveita’. Mas aproveita o quê? As Nações Unidas estimaram que anualmente esta discriminação custe milhares de milhões de dólares, apontando como exemplo as reformas baseadas em critérios rígidos de idade que privam a sociedade da experiência das pessoas mais velhas”, declarou em entrevista ao *i*.

A Radar //

Desafios para os jovens. Drogas, álcool e dependência dos telemóveis

A imagem de um jovem com um “charro” na mão e uma cerveja na outra está cada vez mais normalizada. Nessa fase da vida é “natural” que não se pense nas consequências dos atos a longo prazo. No entanto, é cada vez mais urgente olhar tanto para o consumo de drogas e álcool e a dependência dos telemóveis entre os mais novos.

SARA PORTO
sara.porto@ionline.pt

“Ano novo, vida nova!”, ouve-se várias vezes. A verdade é que, todos os anos, há novos desafios para superar. No entanto, não é assim tão fácil mudar de hábitos alterando assim alguns paradigmas. E, nos jovens, as coisas são, por vezes, ainda mais complexas. Afinal, é quando somos novos que acreditamos ser “imortais”, capazes de tudo sem pensar muito nas consequências dos nossos atos a longo prazo. Sobre tudo quando se pensa “nos copos que se bebe com os amigos”, nas drogas que se consomem “por brincadeira” e na dependência dos telemóveis.

CURIOSO MAS NÃO DEPENDENTE Afonso apanhou a sua primeira bebida aos 16 anos. Até hoje não consegue beber vodka. Na altura, muitos dos seus amigos já bebiam e fumavam. No entanto, pela educação que teve em casa, nunca foi influenciável. “Acho que foi uma idade razoável em comparação a todos os meus outros amigos”, acredita. “Não se tornou um ‘hábito’ nessa altura. Só a partir dos 18 anos – altura em que cheguei à

faculdade –, é que comecei a beber com mais regularidade”, lembra. O tabaco e as drogas vieram depois. Já sabia o que eram canábis, mas não estava familiarizado com outro tipo de drogas. “Nunca vi a erva como uma droga pesada. Para mim, o tabaco era muito mais problemático para a saúde. Infelizmente, comecei a fumar os dois pouco tempo depois de ter começado a minha licenciatura. Era uma forma de descontração. Hoje, pelo preço da erva, opto pelo haxixe e tenho consciência de que não me faz bem”, revela. Ficou rapidamente dependente do tabaco, mas apesar de também fumar “charros” quase todos os dias – hoje com 26 anos –, garante não estar viciado. “Quando não é em exagero acredito que seja uma forma de nos desprendermos de alguns preconceitos. Fumo em casa, nunca tive problemas por causa disso, mas admito que, com o passar do tempo, tenho sentido a minha memória afetada”, conta. Já depois dos 20 teve contacto com a cocaína, o ecstasy, o MDMA, o Speed e o LSD. “Admito que sempre fui curioso. Sempre que experimentei foi com cabeça e acompanhada por pessoas já com experiência. Nunca fiquei viciado e compreendo bem

os efeitos que cada uma tem em mim”, explica Afonso, acrescentando que foi também uma forma de se “descobrir”. Porém, o jovem reconhece que, ao seu redor, são cada vez mais aqueles que consomem e, cada vez mais novos. “Perdi o hábito de fazer grandes noitadas em festivais e discotecas, mas nas últimas vezes que fui, fiquei chocado com a quantidade de pessoas com as pupilas dilatadas. Jovens com pouco mais de 18 anos a comprarem pastilhas ou a colocarem ‘pozinho’ no copo... É preocupante. O acesso é muito fácil”, assegura.

CONSUMO MAIS FREQUENTE Interrogado sobre a quantidade de jovens que consome drogas em Portugal, o Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD) revelou ao *i* que, tal como aconteceu em 2021, a nível nacional assiste-se a “uma tendência de diminuição dos comportamentos aditivos entre os jovens de 18 anos, sendo que as diversas regiões acompanham a tendência nacional de forma diferente”. Segundo o instituto, “na maior parte das regiões, face ao ano anterior, a diminuição das prevalências relacionadas com a ingestão de bebidas alcoólicas

foi mais acentuada do que o decréscimo verificado no que concerne ao consumo de drogas ilícitas ou de tranquilizantes/sedativos sem prescrição médica”. “Por outro lado, os problemas associados aos comportamentos aditivos, entre 2022 e 2023, tornaram-se mais prevalentes em todas as regiões”, lamenta. Tal significa que, seja qual for a região, “há menos jovens

Afonso começou a fumar e a beber aos 18 anos. Antes disso, quase todos os seus amigos o faziam

“Os problemas associados aos comportamentos aditivos tornaram-se mais prevalentes”

com comportamentos aditivos em geral, mas que quem consome substâncias psicoativas e utiliza a Internet fá-lo com consequências mais nefastas”. Também se verifica que, face ao estudo anterior, na maior parte das regiões “o consumo diário ou quase diário de álcool, de tabaco e de canábis diminuiu menos do que as prevalências de consumo recente e atual”. Ou seja, este é também um indicador que tendencialmente, seja qual for a região, entre os consumidores o consumo é mais frequente.

O ICAD adianta que a canábis é a droga mais consumida entre os jovens portugueses: 27,2% a nível nacional. Além disso, detalha, a canábis consumida atualmente, apresenta elevado teor de THC, comparativamente a substância consumida há 20/30 anos. Ou seja, os efeitos são mais nocivos.

NOVAS DROGAS Mas de ano para ano, têm surgido novas substâncias que têm despertado a atenção dos jovens. “As novas substâncias psicoativas (NSP) começaram a ser monitoradas pelo INPG a partir de 2012, situando-se as suas prevalências de consumo entre 0,4% (em 2012) e 0,3% em 2017 e 2022”, explica o ICAD ao *i*. Recor-



01



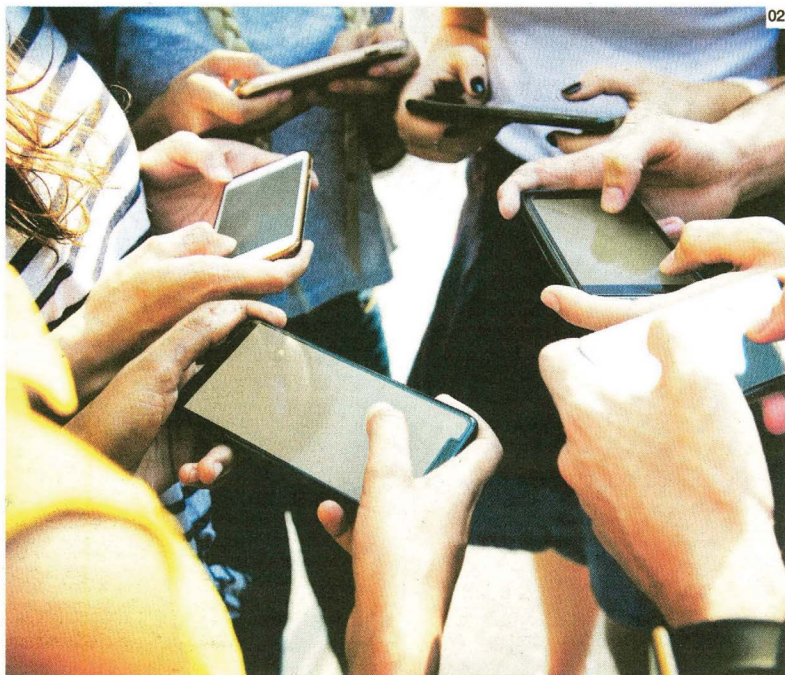
01 O Alentejo lidera o consumo de álcool e tabaco entre jovens em Portugal

DREAMSTIME

02 Segundo vários especialistas internacionais, Brain Rot diz respeito às pessoas que passam muito tempo em frente aos ecrãs a fazer scroll

DREAMSTIME

02



de-se que as NPC são compostas por algumas drogas sintéticas, semi-sintéticas e outras naturais. São mais fortes, perigosas e estão associadas a frequentes surtos psicóticos graves e até mortes por overdose. Estas foram detetadas na forma de comprimidos, pós, tabaco de mascar, sementes e até micros-selos. Além disso, estas surgem sobretudo para substituir outras drogas. Em Portugal, maioritariamente a cocaína e a canábis.

Ao nível da cocaína, é dada como provável que a sua elevada disponibilidade "tenha contribuído para o aumento dos níveis de consumo de cocaína-crack na Europa Ocidental e no Sul", diz o Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências. "O aumento da privação económica durante a pandemia da COVID-19 entre os consumidores de drogas vulneráveis de alto risco e a disponibilidade de pequenas doses de crack baratas também podem ter contribuído para o aumento do consumo", acrescenta.

OS EFEITOS DA CANÁBIS Tal como referido acima, Afonso não se considera "viciado" em canábis. No entanto, o jovem admitiu que tem sentido a sua memória afetada. E é normal... Segun-

do uma meta-análise internacional, que analisou os resultados de mais de 50 estudos, divulgada no ano passado na revista médica JAMA Pediatrics, os jovens que consomem regularmente têm uma menor probabilidade de concluir o ensino secundário, chegarem à universidade e completarem um curso superior. Ou seja, "há uma diminuição do desempenho escolar". Segundo a mesma análise "a adolescência e o início da idade adulta são períodos críticos para o desenvolvimento do cérebro" e, por isso, o consumo da canábis leva a "deficiências cognitivas de curto prazo, incluindo défices de memória e perda de atenção".

CONSUMO DE ALCÓOL No que toca ao álcool, o último relatório do Instituto para os Comportamentos Aditivos e as Dependências (ICAD) revela que os portugueses consomem cada vez mais álcool e a situação fica mais preocupante quando se olha para os jovens. De acordo com o ICAD, a idade média de consumo de bebidas alcoólicas é de 17 anos para a população em geral, sendo de 16 nos homens e 18 nas mulheres. "Considerando o grupo decenal mais jovem, a idade de início

é 16 anos, independentemente de ser homem ou mulher", acrescenta.

O motivo mais frequente para o consumo é a sensação/gosto do efeito provocado pela bebida. "Cerca de dois terços da população consumidora ao longo da vida indicam que o consumo se deve sempre ou a maior parte das vezes ao facto de saber bem", indica o ICAD. Outros dos motivos mais comuns inse-

rem-se no campo das relações, designadamente "para melhorar festas e comemorações", e tornar os encontros sociais "mais divertidos". "Os efeitos produzidos e a diversão que provoca também não são de todo motivos alheios ao consumo", aponta.

Num outro estudo, o mesmo instituto, revelou que o Alentejo lidera o consumo de álcool e tabaco entre jovens em Portugal, o Algarve destaca-se pelo uso de canábis, os Açores pelo consumo de outras drogas ilícitas e Lisboa por problemas relacionados à internet.

Os portugueses consomem cada vez mais álcool. A situação é mais crítica nos jovens

Brain Rot (Podridão Cerebral) foi a palavra do ano para a Oxford University Press

'PODRIDÃO CEREBRAL' Outro tema que tem estado cada vez mais no centro do debate público é a dependência dos telemóveis. Um em cada cinco portugueses está em risco de desenvolver dependência do telemóvel, segundo um estudo da NOVA Information Management School (NOVA IMS) e o problema afeta particularmente os jovens adultos.

Em julho de 2024, citando o estudo, o *Nascer do SOL* dava conta que mais de 45% dos portugueses passam mais de três horas diárias nos seus dispositivos móveis para atividades não relacionadas com o trabalho. O

estudo destaca que um em cada cinco portugueses está em risco de desenvolver dependência do telemóvel, sendo esta proporção ainda mais elevada entre os jovens de 18 a 34 anos, onde o risco atinge 38%.

Segundo vários especialistas internacionais, Brain Rot diz respeito às pessoas que passam muito tempo em frente aos ecrãs, principalmente nas redes sociais, a assistir a vídeos com "conteúdos fúteis". É um termo em inglês que, traduzido em português, significa "podridão cerebral" e tem sido cada vez mais utilizado em artigos sobre o perigo do scroll - o ato de deslizar o dedo repetitivamente enquanto se assiste a vários conteúdos sobre "tudo e mais alguma coisa", mas que pouco acrescentam. Aliás, esta foi a palavra do ano para a Oxford University Press.

Segundo Casper Grathwohl, presidente da Oxford Languages, a palavra "chama a atenção para um dos perigos da vida virtual e da forma como estamos a utilizar o nosso tempo livre", considerando "fascinante" que o termo tenha sido adotado pelas gerações Z e Alpha, "em grande parte responsáveis pela utilização e criação dos conteúdos digitais a que o termo se refere".

A Radar //

Desafios no mundo laboral. O que esperar do mercado de trabalho português?

O que trará este novo ano ao nível laboral? Apesar de não possuímos uma “bola de cristal”, avizinha-se um 2025 com uma subida do salário mínimo, estabilidade no mercado e medidas para mitigar a taxa de desemprego jovem. Inteligência artificial continua a ameaçar mercado.

SARA PORTO
sara.porto@ionline.pt

Na noite de passagem de ano, muitos são aqueles que têm a tradição de comer as 12 passas e pedir 12 desejos para o novo ano que começa. Amor, saúde, dinheiro, viagens e, em muitos casos, melhores condições de trabalho e aumento de salários.

A verdade é que, todos os anos, são vários os desafios tanto para trabalhadores como para as empresas. E com toda a evolução tecnológica e a saída de jovens do país, acredita-se que muita coisa deve ser repensada e adaptada.

AUMENTO DE SALÁRIOS Começamos por aquilo que “realmente importa”. Este ano, o salário mínimo nacional subiu para os 870 euros. Segundo a DecoProteste, a 1 de outubro, já o Governo tinha anunciado esse aumento que corresponde a mais 50 euros face ao valor em vigor desde o início de 2024. A 1 de janeiro de 2025, a retribuição mínima garantida passou a ser de 870 euros no Continente. Na Madeira, o valor foi atualizado para 915 euros e nos Açores, para 913,50 euros.

Também para os restantes níveis remuneratórios, o acordo da concertação social prevê uma atualização salarial. “O valor de referência a ter em conta para o salário médio mensal em 2025 é de 1580 euros, o que representa um aumento de 5%. A ideia é atingir os 1890 euros em 2028”, explica a Deco. Recorde-se que quem ganha o salário mínimo está sujeito à contribuição de 11% para a Segurança Social. Assim, no Continente, ao invés de receber 870 euros líquidos por mês, recebe 774,30 euros.

Relativamente ao salário médio, o referencial é de 4,7%, em 2025, 4,6%, em 2026, e 4,5% nos dois anos seguintes, atingindo o salário médio os 1.886,29 euros no fim da legislatura (no segundo trimestre de 2024 foi 1.640 euros e em 2023 era 1.505 euros).

ESTABILIDADE NO DESEMPREGO? Tal como noticiava a *ECO* em dezembro, apesar da consciência de que o mercado de trabalho português não é de todo “um mar de rosas”, os sinais dos últimos anos têm sido de “resiliência”, avizinhandose um ano de “estabilidade”, mas de altos níveis de desemprego jovem.

Recorde-se que em 2023 o desemprego ficou abaixo das expectativas do Governo liderado por António Costa: o executivo estava a apontar para uma taxa de desemprego de 6,7% em 2023, mas, afinal, ficou em 6,5%.

Segundo os dados do Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2024 houve um recuo: a média dos primeiros três trimestres do ano passado apontou para uma taxa de 6,3%. E a Comissão Europeia, o Banco de Portugal e a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) contavam com um decréscimo anual deste indicador, prevendo uma taxa de 6,4% (0,1 pontos percentuais abaixo de 2023).

Para este novo ano, tudo sugere novas reduções do desemprego: com as três entidades a concordarem com uma nova redução de 0,1 pontos percentuais (6,3%).

No relatório do Orçamento do Estado para 2025 que entregou no Parlamento, Luís Montenegro também projetou uma redução dessa dimensão do desemprego (estima um decréscimo de 0,1 pontos per-

centuais para 6,5%). O primeiro-ministro português usando a expressão “relativa estabilização” para descrever o mercado de trabalho.

Em dezembro, Pedro Braz Teixeira, diretor do gabinete de estudos do Fórum para a Competitividade, afirmava à mesma publicação que a estabilidade do desemprego deverá prosseguir, mas para tal é preciso que as “potenciais perturbações não se concretizem” e que “a economia cresça acima dos 2%”. No entanto, a professora catedrática Helena Lopes, do ISCTE, revelou que “é provável que haja uma ligeira subida do desemprego anunciada pela diminuição das ofertas de trabalho registada nos centros do Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP)”.

Os dados mais recentes – referentes a novembro –, já revelavam uma descida homóloga de 2,1% das ofertas de emprego “em ficheiro”. Menos

280 oportunidades de trabalho do que há um ano.

PREOCUPAÇÕES NO DESEMPREGO JOVEM Em julho, a ministra do Trabalho, Maria do Rosário Palma Ramalho, chamou a atenção para a elevada taxa de desemprego jovem, revelando que atingiu “níveis inadmissíveis”. Segundo o Instituto Nacional de Estatística (INE), em 2023, a taxa de desemprego jovem fixou-se em 20,3%, tendo aumentado 1,2 pontos percentuais face a 2022.

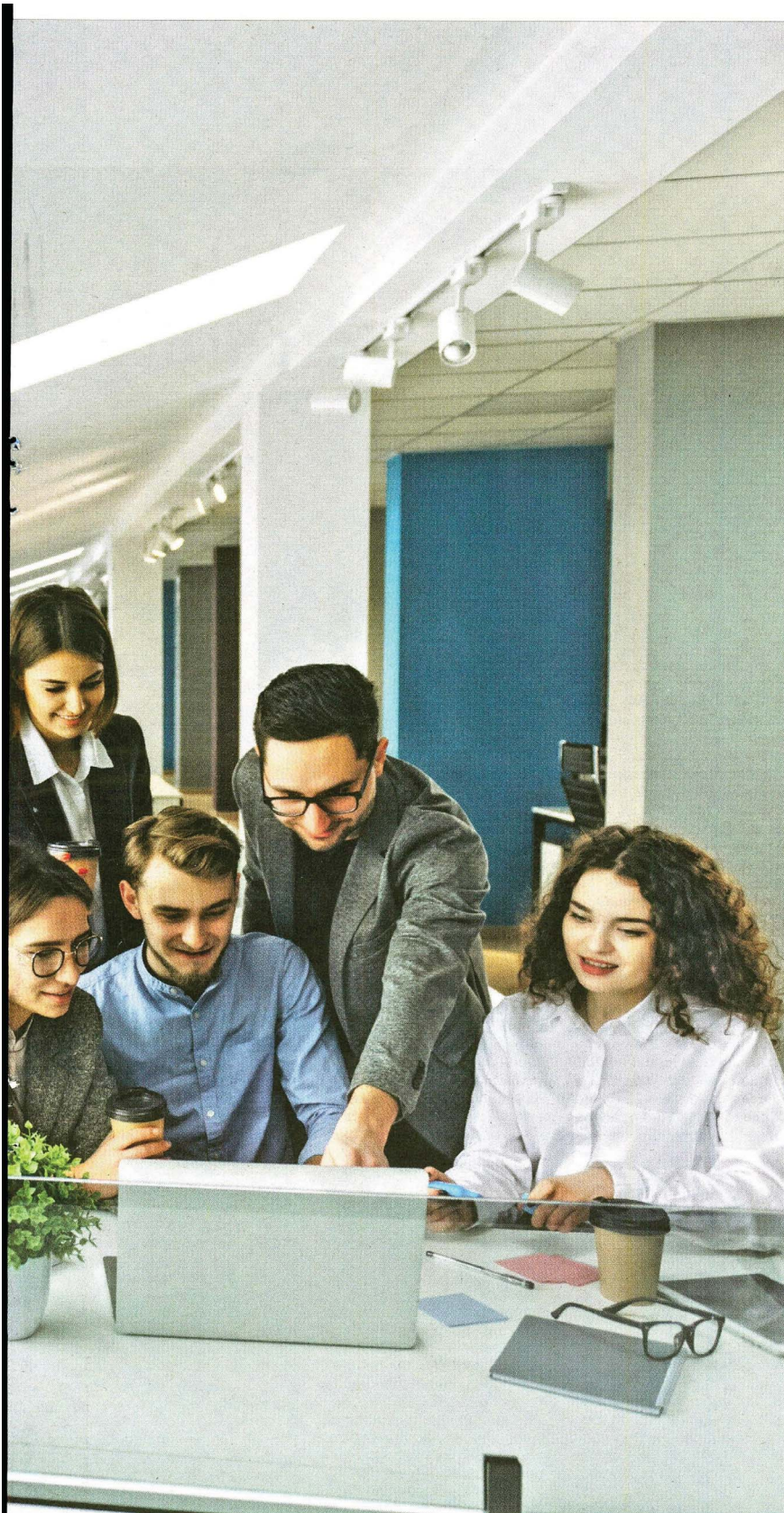
“Não me contento que tenhamos uma taxa de desemprego tão baixa em termos gerais, mas que seja mais de 20% entre os jovens”, desabafou aproveitando também para comentar a saída dos jovens qualificados do país. Maria do Rosário Palma Ramalho garantiu ser a favor da livre circulação entre países, mas frisou ter pena que o país perca estas pessoas. “Já não regressam ou vêm cá fazer umas férias e apanhar sol”, explicou a governante, lembrando que tal também equivale a perdas da Segurança Social.

Para fazer face ao problema, em agosto, o Governo reformulou os programas de estágio apoiados pelo IEFP. Para este novo ano tem o compromisso de lançar uma nova estratégia nacional “para combater o desemprego jovem e reduzir o número de jovens que nem trabalham, nem estudam”. Segundo o Orçamento do Estado, o objetivo é atrair e reter o talento jovem em Portugal: “Em particular dos que possuem qualificações profissionais de nível superior, bem como incrementar a participação na procura ativa de emprego ou em atividades de educação e formação por parte dos jovens que pertençam a grupos que estão mais afastados do

A 1 de janeiro deste ano, a retribuição mínima garantida passou a ser 870 euros no Continente

Relativamente ao salário médio, o referencial é de 4,7% em 2025 e 4,6% em 2026





DESAFIOS

Governo tem o compromisso de lançar uma nova estratégia nacional “para combater o desemprego jovem e reduzir o número dos que “nem trabalham, nem estudam”

DREAMSTIME

mercado de trabalho”, explica no documento.

PERIGOS DA EVOLUÇÃO TECNOLÓGICA Com a evolução tecnológica, temos assistido - e cada vez mais - à substituição dos trabalhadores por máquinas. Na verdade, esta é uma preocupação que nos acompanha pelo menos desde a Revolução Industrial, quando se iniciou a transição da manufatura tradicional para o conceito de produção assente em máquinas. Recorde, por exemplo, o filme *Tempos Modernos*, protagonizado pelo icónico Charlie Chaplin. Ou viaje até 2017, à segunda edição da Web Summit em Lisboa. Nessa ocasião, ficámos a conhecer Sophia, a primeira cidadã-robô, que subiu ao palco colocando o dedo na ferida. “Vamos tirar-vos os empregos e isso será bom”, provocou.

No entanto, o cenário nunca foi tão alarmante como agora. E, no meio de todas as questões que se levam

tam, uma de que pouco se fala diz respeito à arrecadação de impostos. Em abril de 2023, o *i* ouviu alguns economistas sobre o assunto.

Eugénio Rosa, por exemplo, considerou “um absurdo” a proposta de tributar os robôs, como meio de financiar o Estado ou a Segurança Social. “Só compreendo tal proposta ou devido à incapacidade dos seus proponentes para apresentarem propostas válidas para resolver os problemas graves que atualmente as sociedades enfrentam ou então com o propósito de desviar a atenção da opinião do verdadeiro problema atual e cada vez mais grave: a concentração excessiva da riqueza num punhado cada vez mais restrito de indivíduos”, afirmou na altura.

Já João César das Neves defendeu que “um dos maiores problemas da inteligência artificial é que vem rodeada por mitos, fábulas e ilusões”, admitindo que “se eliminarmos esses enganos vemos que se trata apenas de máquinas e, por isso, devem ser tratadas como tal, também nos impostos”. Ou seja, “devem ser tributadas como máquinas, nem mais, nem menos”.

Relativamente à sua sustentabilidade, o economista deu como exemplo os avanços tecnológicos dos últimos séculos. “Se estes forem eficazes vão aumentar o produto e o bem-estar, o que torna mais sustentável a Segurança Social. No limite, se realmente vierem a ter efeitos sobre e a distribuição funcional do rendimento, o que há a fazer é ajustar as formas de financiamento da Segurança Social”, explica. E em relação à hipótese do Estado poder vir a perder receitas não hesita: “O Estado arranja sempre novas formas de arranjar receita, e neste caso nem deve ter de se esforçar muito, porque os impactos não devem ser grandes”.

Luis Montenegro usou a expressão “relativa estabilização” para descrever o mercado

Segundo INE, em 2023, a taxa de desemprego jovem fixou-se em 20,3%

A Radar //

Habitação. Desafios difíceis e que precisam de dedo do Governo

A falta de oferta é um dos principais problemas habitacionais que passou de 2024 para 2025. E não só, os preços também pesam. Governo tem avançado com algumas medidas mas podem não ser suficientes. O *i* tentou perceber a opinião de alguns responsáveis do setor.

DANIELA SOARES FERREIRA
daniela.ferreira@ionline.pt

É certo que o setor da habitação tem mostrado crescimento ao longo dos últimos anos e o mercado tem mostrado capacidade de resistir à crise. Mas também é certo que nem só de vendas vive o setor e há muitos problemas a resolver e desafios a enfrentar. Em 2025 – como nos anos seguintes – é necessário chegar a preços mais acessíveis bem como aumentar a oferta. E o Governo até tem algumas ideias em cima da mesa. Tem é que se perceber se serão suficientes.

O *i* tentou perceber junto dos vários responsáveis do setor quais as suas perspetivas no que aos desafios diz respeito.

Manuel Alvarez, presidente da Remax Portugal, não tem dúvidas que no ano que agora arranca, “o setor habitacional em Portugal continuará a enfrentar desafios complexos que exigem soluções eficazes para equilibrar a oferta e a procura”, destacando que “a escassez de habitações disponíveis, sobretudo nas áreas metropolitanas, tem restringido o mercado imobiliário, limitando o número de transações possíveis e mantendo os preços elevados, uma realidade que afeta sobretudo a classe média”.

O presidente da mediadora acrescenta ainda ao nosso jornal que, apesar de um aumento no licenciamento de novas construções, “o impacto dessas medidas será sentido apenas a médio e longo prazo” e que fatores como “a descida das taxas de juro e programas governamentais de incentivo ao acesso à habitação têm impulsionado a procura, mas não abordam a raiz do problema: a insuficiência da oferta”. Este desfasamento, adianta, “reflete-se tanto na compra

como no arrendamento, que continuam limitados e com valores elevados devido à intensa procura”.

Para Manuel Alvarez, os principais obstáculos ao aumento da oferta são “os elevados custos de construção, associados à escassez de mão-de-obra qualificada e a processos burocráticos lentos” e, por isso, diz ser “essencial uma estratégia coordenada entre o setor público e o privado”, destacando medidas “como a cedência regulada de terrenos municipais para habitação a preços acessíveis, a simplificação do licenciamento e a redução de impostos sobre materiais de construção” que, na sua opinião, “podem atrair mais investimento e acelerar a produção de novas habitações”.

Paralelamente, o responsável considera ser “fundamental diversificar a oferta, com habitações acessíveis e adaptadas às necessidades da maioria da população”, defendendo que

“O setor habitacional continuará a enfrentar desafios complexos que exigem soluções eficazes”

“Elevados custos habitacionais pressionam famílias, obrigando-as a rever critérios de escolha”

“com soluções integradas e medidas eficazes, será possível superar a crise habitacional, promovendo um mercado mais equilibrado e acessível para todos”.

DESAFIOS E OPORTUNIDADES Quem também considera que o setor enfrenta “desafios significativos” é Ricardo Sousa, CEO da Century21 Portugal. Mas também “oportunidades para garantir soluções mais acessíveis e sustentáveis”.

Entre os fatores principais que influenciam o mercado, o responsável destaca “a estabilidade do emprego, com a taxa de desemprego a manter-se abaixo de 8%; a expectativa de uma descida gradual das taxas de juro, ainda que mais lenta do que o inicialmente previsto; o crescimento populacional nas áreas metropolitanas, impulsionado por um saldo migratório positivo; e o crescente interesse internacional por Portugal, proveniente de mercados como os EUA, o Reino Unido e o Médio Oriente”.

Ainda assim, acrescenta, “os elevados custos habitacionais continuam a colocar pressão nas famílias, obrigando muitas a rever critérios de escolha, como localização ou área, para conseguir adquirir ou arrendar habitação”.

É preciso, então, enfrentar estas dificuldades e, para o fazer, Ricardo Sousa diz ser “urgente adotar soluções que repensem os planos urbanísticos, otimizando o uso de solos urbanos, e atualizar os códigos de construção, incorporando tecnologia e adaptando-os às novas necessidades habitacionais”. Mas não é só. O CEO da Century21 Portugal defende ainda a “melhoria da mobilidade urbana” que, no seu ponto de vista, “será decisiva para criar alternati-



vas habitacionais mais viáveis. Ligar as periferias aos centros de emprego, educação e serviços permitirá diversificar a oferta, aliviar a pressão sobre as zonas centrais e promover maior equilíbrio no mercado”. E finaliza: “Só com uma visão integrada será possível responder às exigências de uma sociedade em mudança, garantindo habitação para todos e um setor sustentável”.

A FALTA DE OFERTA A opinião do que vai acontecer no próximo ano e nos seguintes é partilhada por mais responsáveis do setor. Ao *i*, Rui Torgal, CEO da ERA Portugal, defende que, “como tem acontecido nos últimos anos, também 2025 será marcado por alguns desafios na habitação em Portugal sobretudo porque o desequilíbrio estrutural entre a oferta e a procura continua por resolver”.

Ainda assim, o responsável diz que vai destacar apenas os desafios que,

na sua opinião, terão maior impacto neste setor ao longo dos próximos meses. “E que nem são propriamente novidades”, assume. “A vitória de Donald Trump nos EUA trará dificuldades acrescidas à Europa. Em primeiro lugar, o protecionismo anunciado, e a consequente incerteza que este poderá gerar, trará uma retração global nos mercados durante o 1º semestre, mas acredito que a mesma deverá normalizar nos últimos seis meses do ano”, adianta ao nosso jornal.

Por outro lado, o responsável é da opinião de que “poderá existir uma pressão acrescida causada pela procura proveniente destas geografias. E isto leva-nos a outro dos fatores que há cerca de duas décadas afeta o mercado: a falta de oferta disponível”. O responsável acredita que a oferta vai crescer e afirma que essa tendência já é visível. “Vemos já no mercado novos projetos grandes em construção ou em planea-



Ainda que se continue a construir em Portugal, a oferta continua a ser pouca face à procura

ANTÓNIO PEDRO SANTOS

mento". No entanto, refere que essa mesma oferta "continua a ser insuficiente para a elevada procura que se adivinha, sobretudo por parte de consumidores mais jovens que pretendem tirar partido dos incentivos em vigor que lhes trarão maior liquidez (como o IRS jovem) e maior capacidade de compra (com a isenção de IMT e imposto de selo ou a garantia pública)".

Se estas medidas anunciadas pelo Governo para o setor, "sobretudo as dirigidas à população mais jovem, irão colocar alguma pressão extra no mercado, esperamos poder equilibrar a balança através dos incentivos à construção também lançados pelo atual Executivo em meados do ano passado", defende o CEO da ERA Portugal acrescentando que, "seja como for, a não ser que tenhamos um acontecimento internacional que afete significativamente a realidade nacional, não prevejo que a realida-

"A oferta irá crescer mas continua a ser insuficiente para a elevada procura que se adivinha"

Partidos de esquerda estão preocupados com a lei dos solos que pode trazer especulação

de do setor da habitação seja muito diferente em 2025 do que foi em 2024".

MEDIDAS DO GOVERNO E ALGUMAS OPINIÕES Pouco depois de ter tomado posse, o Governo anunciou algumas medidas para combater os problemas de habitação em Portugal. O plano "Construir Portugal", dizia o Governo por essa altura, "passa por incentivar a oferta de habitação; promover a habitação pública; devolver a confiança a todos os intervenientes; fomentar a habitação jovem e assegurar a acessibilidade na habitação".

Entre as medidas, o Governo disse que iria disponibilizar 25 mil casas que integram o Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) e mudar a Lei dos Solos – que entretanto foi promulgada e parece não agradar aos partidos de esquerda.

Além disso, o Governo decidiu ajudar os mais jovens e avançou com a isenção de IMT e Imposto do Selo

para os jovens até aos 35 anos nos imóveis até 316 mil euros (valor correspondente ao quarto escalão do IMT) e a reformulação do programa Porta 65, acabando com exclusões em função de limites de rendas.

Sobre a lei dos solos, o Bloco de Esquerda, o PCP, o PAN e o Livre pediram uma apreciação parlamentar da alteração desta lei. Trata-se de um novo regime que foi promulgado a 26 de dezembro e que permite construção em solos rústicos.

Em comunicado, o Livre explica que esta nova lei "vem contrariar as boas práticas de ordenamento do território, ao permitir que seja possível construir em solos hoje classificados como rústicos", defendendo que "isto tem impactos profundos no desenvolvimento do país e não responde à crise da habitação, ao contrário do argumento usado pelo governo para apresentar este diploma".

Marcelo Rebelo de Sousa promul-

gou esse diploma mas alertou para "um entorse significativo" no regime de ordenamento e planeamento do território.

Já o Governo justifica que a medida "facilitará a criação de soluções habitacionais que atendam aos critérios de custos controlados e venda a preços acessíveis, promovendo, assim, uma maior equidade social e permitindo que as famílias portuguesas tenham acesso a habitação digna".

No que diz respeito ao apoio aos jovens, o presidente da Associação dos Profissionais e Empresas de Mediação Imobiliária de Portugal (APEMIP), Paulo Caiado, chegou a dizer ao i que, "se essas medidas permitem que, por si só, alguns jovens consigam aceder a casas que de outro modo não conseguiriam, serão boas medidas". No entanto, "é importante percebermos que, num contexto de mercado caracterizado por escassez de oferta perante fluxos de procura, a realidade é que diferentes compradores concorrem entre si para comprar uma casa. E estas medidas o que fazem é dar aos jovens melhor capacidade competitiva".

Sobre se é suficiente ou não, Paulo Caiado não tem dúvidas: "É preciso fazer muito mais". E enumera: "Nomeadamente, estimular um novo segmento de mercado com casas a preços controlados. Dessa forma seria possível ter um segmento relevante de mercado onde, de um lado, o Estado tem de dar prioridade a três fatores importantes no preço final de uma casa: o terreno, toda a estrutura fiscal que incide sobre a construção e o prazo de licenciamento de um projeto", acrescentando que, o Estado "ao entregar estes três fatores, pode exigir como contrapartida um preço regulado, estimulando um novo e abrangente segmento de mercado".

A Radar //

Saúde. Como a revolução tecnológica vai ajudar a medicina em 2025



Espera-se que 2025 seja um ano de avanços altamente benéficos para a saúde de todos. Um objetivo que será concretizado com a ajuda da tecnologia e do estímulo à investigação e ao desenvolvimento tecnológico.

GONÇALO NABEIRO
goncalo.nabeiro@ionline.pt

A revolução tecnológica, que começou há cerca de três décadas, continua a todo o gás. A investigação e o desenvolvimento são responsáveis por avanços científicos que continuam a colocar a humanidade no caminho da evolução, e um dos setores mais críticos é, sem dúvida, o da saúde. A tecnologia tem sido uma das grandes responsáveis pelos avanços da medicina logrados nos últimos anos, com a esperança média de vida, tal como a sua qualidade, a seguirem uma tendência ascendente.

Mas de que forma é que os fenómenos mais recentes do mundo tecnológico, como a inteligência artificial (IA), mudarão o panorama da saúde em 2025? E o que esperar da própria presidência de Trump, que nomeou Robert F. Kennedy Jr. para liderar uma mudança profunda no aparato de saúde americano?

PREVISÕES ANIMADORAS Bernard Marr, um influente consultor em

matéria tecnológica, elencou sete tendências que alterarão a medicina ainda este ano, num artigo para a revista Forbes. São elas a revolução dos cuidados de saúde personalizados, cuidados de saúde preparados para o futuro, a tecnologia no bem-estar mental, Wearables 2.0 – BCIs e implantes, a genómica, o dilema dos dados de saúde e a resolução da crise de competências tecnológicas no setor da saúde.

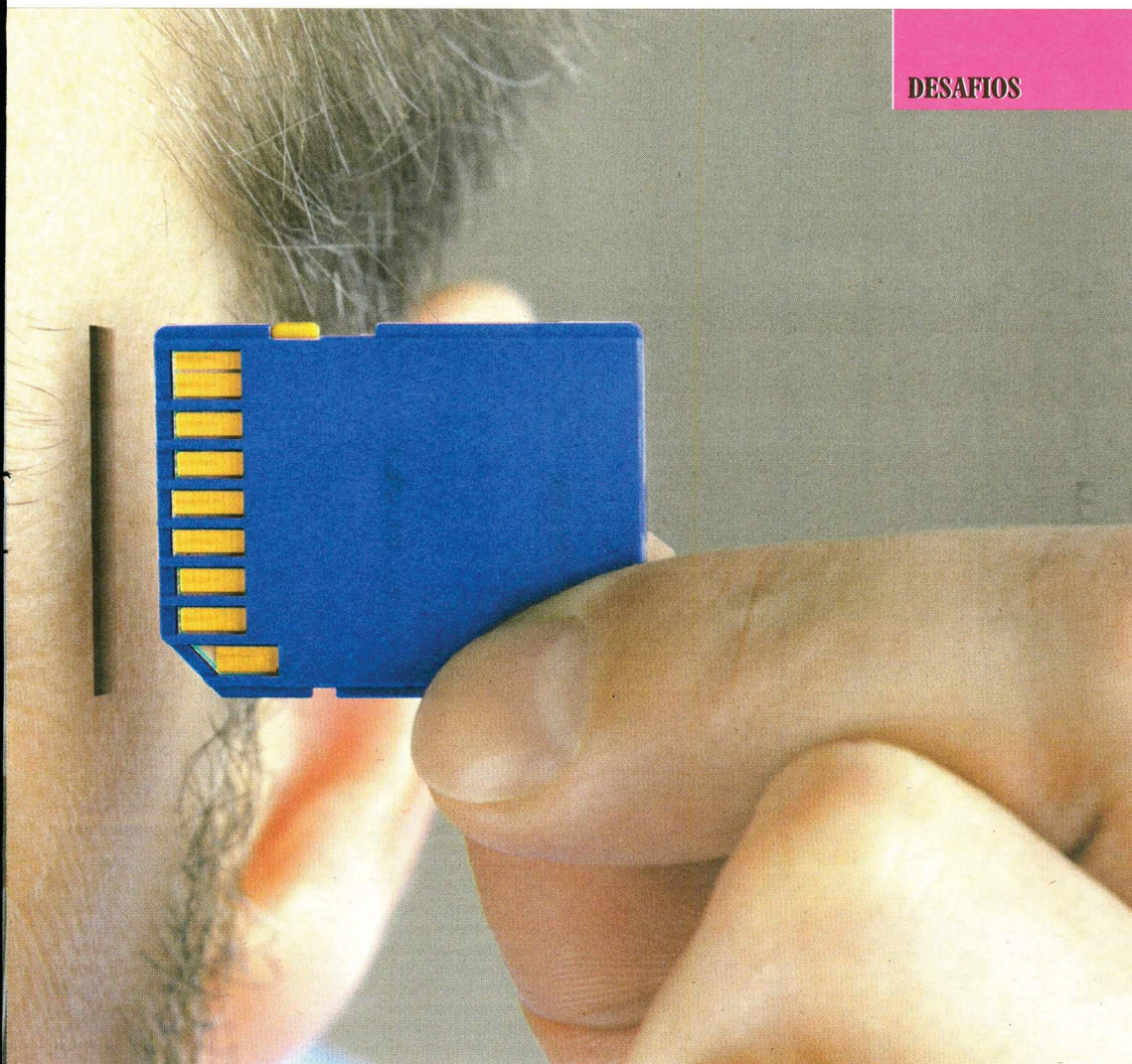
As três primeiras tendências estão diretamente relacionadas com a inteligência artificial e com as bases de dados de alta performance. Os cuidados de saúde personalizados são de importância extrema, e Marr acredita que se trata de “explorar o poder da IA e dos dados para abordar todos os aspetos das necessidades únicas de um doente”. É como a diferença entre comprar roupa feita em massa ou ir a um alfaiate, onde cada singularidade do indivíduo é objeto de consideração. Quanto à capacidade de planejar os cuidados de saúde a longo prazo para um crescente número de pessoas, o especialista garan-

te que “em 2025, os decisores terão mais dados e ferramentas na ponta dos dedos do que nunca, e todos eles serão essenciais para compreender as tendências globais que afetam a saúde humana”, incluindo “a resposta às necessidades das populações envelhecidas nos países desenvolvidos e às crescentes exigências de cuidados de saúde das populações em crescimento nas regiões em desenvolvimento do mundo”.

A saúde mental ocupa uma larga porção dos debates atuais sobre saúde. Como pode a tecnologia ajudar no combate a um flagelo que cada atinge cada vez mais pessoas, em particular, os mais jovens? Bernard Marr afirma que a solução passará por “sessões virtuais de cuidados de saúde prestadas remotamente em ambiente de RV (realidade virtual) ou RA (realidade aumentada) por terapeutas humanos” e pela “utilização crescente de *chatbots* que podem prestar apoio instantâneo 24 horas por dia, 7 dias por semana”. “Estas tecnologias ajudarão os prestadores de serviços de saúde mental a ultra-

Os cuidados de saúde personalizados ganham maior peso com a ajuda da inteligência artificial

Como pode a tecnologia melhorar a saúde mental, principalmente o mais jovens?



DESAFIOS

A tecnologia tem estado cada vez mais aliada a questões de saúde

DREAMASTIME

passar uma série de desafios, incluindo a disponibilidade de recursos e o estigma por vezes associado à procura de ajuda para problemas de saúde mental", conclui.

A questão dos implantes cerebrais é também uma questão maior nesta relação tecnologia/saúde. Não é esperado que entre em utilização já durante este ano, mas serão dados passos importantes nessa direção. Neste capítulo, a Neuralink, empresa detida pelo inevitável Elon Musk, está na linha da frente. Segundo o site oficial da empresa, a sua missão é "Criar uma interface cerebral generalizada para restaurar a autonomia das pessoas com necessidades médicas não satisfeitas hoje e desbloquear o potencial humano amanhã". Uma declaração de intenções curta, mas carregada de significado, apontando todo um novo espectro de esperança para o desenvolvimento humano. A par do chip, a Neuralink desenvolveu um robô cirúrgico que será o responsável pela implantação do dispositivo. Não é nada menos que revolucionário.

O estudo dos genomas afigura também um dos mais importantes avanços em termos médicos. O estudo aprofundado dos mesmos, com o apoio de ferramentas tecnológicas, poderá levar os médicos e investigadores a encontrar novas soluções para problemas de saúde de gravidade conhecida, como os cancro e outras doenças genéticas. "Os dados genéticos podem ajudar os profissionais de saúde a conceber tratamentos adequados e personalizados de acordo com os perfis genéticos únicos de cada indivíduo", pode ler-se num relatório do hospital tailandês MedPark.

Assim, todo um leque de oportunidades se abre, fomentando o debate e a inovação no ramo da medicina. E a principal diferença destas novas tecnologias em relação ao ano passado foi articulada por Greg Samios, Presidente e CEO da Wolters Kluwer Health Clinical Effectiveness: "Há seis meses, perguntávamo-nos: "O que é que tem que diga IA generativa? Agora estamos a pensar: "Como é que estão a aplicar isso

à vossa proposta principal? Penso que, à medida que avançamos para o próximo ano, vamos ver mais valor real e mais valor demonstrável".

MAKE AMERICA HEALTHY AGAIN Como todos os setores da sociedade, a saúde não escapa à dimensão política. E o maior ponto de interrogação de 2025 vem do outro lado do Atlântico. Donald Trump será empossado, de novo, como Presidente dos Estados Unidos no próximo dia 20, e a saúde americana está prestes a sofrer uma reestruturação de fundo. O presidente eleito nomeou Robert F. Kennedy Jr., um nome controverso no prisma da medicina, para liderar o movimento Make America Healthy Again (Tornar a América saudável novamente), numa adaptação ao slogan do seu movimento (MAGA).

O sobrinho do icónico Presidente John F. Kennedy tem defendido, ao longo dos anos, posições pouco ortodoxas, principalmente no que concerne ao assunto da vacinação. O novo "czar" da saúde levantou, em várias ocasiões, questões acerca da

viabilidade do plano de vacinação infantil, chegando até a fazer uma relação entre as vacinas e o aumento do autismo nas crianças americanas.

Porém, nem tudo é mau. Kennedy levará a cabo uma campanha contra a indústria farmacêutica e alimentar, atacando os graves problemas de saúde e de nutrição que assolam os cidadãos americanos. É de notar que, e segundo dados do Instituto Nacional de Diabetes e Doenças Digestivas e Renais americano, os níveis de obesidade infantil (dos 2 aos 19 anos) têm respeitado uma tendência crescente, e substancial, desde a década de 1960 até aos dias de hoje. À entrada da década de 1970, 5% das crianças eram obesas. Em 2018, o valor fica muito perto dos 20%.

Assim, espera-se que 2025 seja um ano de avanços altamente benéficos para a saúde de todos. Um objetivo que será concretizado com a imprescindível ajuda da tecnologia e do estímulo à investigação e ao desenvolvimento tecnológico.

Elon Musk está na linha da frente no que diz respeito à questão dos implantes cerebrais

Saúde americana está prestes a sofrer uma reestruturação com a tomada de posse de Donald Trump

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. PRESIDENTE DEMITE PRIMEIRO-MINISTRO

Presidente Carlos Manuel Vila Nova demitiu Patrice Trovoada. Partido do Governo deve exigir novas eleições // PÁG. 32

inadiável



HABITAÇÃO

DEPENDÊNCIAS

ENVELHECIMENTO

TRABALHO

OS DESAFIOS QUE VÃO DEFINIR 2025

PÁGS. 2-21

SEGURANÇA

SAÚDE

CLIMA

